

### S U M Á R I O

- 129 — Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* no Mundo de Hoje (continuação)
- 155 — Para Suscitar a Colaboração em um Instituto Religioso — PADRE FREDERICO SACHET, O.M.I.
- 160 — Novas Perspectivas Para a Pastoral Dos Enfermos no Brasil — IRMÃ M. VIOLETA PADIN, O.P.
- 177 — Síntese de Estatística Religiosa do Brasil — CERIS
- 182 — Note e Anote  
*Dom Tiago Cloin concede entrevista, 182;*  
*Mártir da Legião de Maria: Frei Aloísio Heu-*  
*messer, O.F.M., 185;*  
*Imunidade de impostos, (cont.), 186.*
- 188 — CRB Informa
- 190 — Recensões Bibliográficas

# Documentos Conciliares

## Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* no Mundo de Hoje

(Continuação do número anterior)

### II PARTE: ALGUNS PROBLEMAS MAIS URGENTES

#### Preâmbulo

46. Depois de explanar a dignidade da pessoa humana e a missão individual ou social que esta é chamada a desempenhar no mundo inteiro, o Concílio, à luz do Evangelho e da experiência humana, chama agora a atenção de todos para certos problemas de maior urgência deste tempo que mais atingem o gênero humano.

Entre muitas coisas que hoje despertam a solicitude de todos importa principalmente notar: o matrimônio e a família, a cultura humana, a vida econômico-social e política, a união dos povos e a paz. Sobre cada um desses pontos hão de se projetar os princípios luminosos derivados de Cristo que guiem os fiéis cristãos e iluminem todos os homens na busca da solução de tantos problemas intrincados.

#### CAPÍTULO I

### A PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DO MATRIMÔNIO E DA FAMÍLIA

#### O matrimônio e a família no mundo de hoje

47. A salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar. Por isso, junta-

---

Direitos reservados à Editôra VOZES, Petrópolis, RJ, a cuja concessão é devida, como sempre, a publicação que nas páginas da Revista da CRB está sendo feita dos documentos conciliares.

mente com todos aquêles que têm em grande estima essa comunidade, os cristãos alegram-se sinceramente com os vários meios pelos quais os homens progridem hoje na promoção dessa comunidade de amor e no cultivo da vida, e são auxiliados os cônjuges e pais na sua alta função. Mais: esperam e procuram tirar dêsses recursos melhores benefícios ainda.

Mas a dignidade desta instituição não refulge em tôda a parte com o mesmo brilho, pôsto que a obscurecem a poligamia, a peste do divórcio, o chamado amor livre e outras deformações. Além disso, o amor conjugal é muito freqüentemente profanado pelo egoísmo, pelo hedonismo e por práticas ilícitas contra a geração. De resto as condições econômicas, sócio-psicológicas e civis de hoje em dia acarretam não leves perturbações na família. Não sem preocupação, finalmente, observam-se em determinadas partes do globo problemas derivados do crescimento demográfico. Isso tudo angustia as consciências. Contudo, a fôrça e o vigor da instituição matrimonial e familiar se evidenciam igualmente: as profundas mudanças sociais contemporâneas, não obstante as dificuldades a que dão origem, manifestam muitas vêzes, de várias maneiras, a verdadeira índole dessa instituição.

Por isso, ao elucidar melhor alguns pontos da doutrina da Igreja, o Concílio pretende esclarecer e encorajar os cristãos e todos os homens que envidam esforços no sentido de salvaguardar e promover a dignidade original e o singular valor sagrado do estado matrimonial.

### **A santidade do matrimônio e da família**

48. A íntima comunhão de vida e de amor conjugal que o Criador fundou e dotou com Suas leis é instaurada pelo pacto conjugal, ou seja: o consentimento pessoal irrevogável. Dessa maneira, do ato humano pelo qual os cônjuges se doam e recebem mutuamente, se origina, também diante da sociedade, uma instituição firmada por uma ordenação divina. No intuito do bem, seja dos esposos como da prole e da sociedade, êsse vínculo não depende do arbítrio humano. Mas o próprio Deus é o autor do matrimônio dotado de vários bens e fins (105), que são todos de máxima importância para a continuação do gênero humano, para o aperfeiçoamento pessoal e a sorte eterna de cada um dos membros da família, para a dignidade, estabilidade, paz e prosperidade da própria família e da sociedade humana inteira. O instituto do matrimônio e o amor dos esposos estão pela sua índole natural ordenados à procriação e à educação dos filhos em que culminam como numa coroa. Por isso o homem e a mulher, que pelo pacto conjugal “já não são dois, mas uma só carne” (*Mt* 19,6), prestam-se mutuamente serviço e auxílio, experimentam e realizam cada dia mais plenamente o senso de sua unidade pela união íntima das pessoas e das atividades. Essa união íntima, doação recíproca de duas pessoas, e o bem

(105) Cf. S. AGOSTINHO, *De bono coniugii*: PL 40,375-376 e 394; S. TOMÁS, *Summa Theol., Suppl.*, q.49, a.3 ad 1; Decreto para os armênios: Dz-Sch. 1327; PIO XI, *Enc. Casti Connubii*: AAS 22 (1930), pp. 547-548; Dz-Sch. 3703-3714.

dos filhos exigem a perfeita fidelidade dos cônjuges e sua indissolúvel unidade (106).

Cristo Senhor abençoou largamente êsse amor multiforme originado da fonte da caridade divina e constituído à imagem de sua própria união com a Igreja. Pois, como outrora Deus tomou a iniciativa do pacto de amor e fidelidade com seu povo (107), assim agora o Salvador e o Espôso da Igreja (108) vem ao encontro dos cônjuges cristãos pelo sacramento do matrimônio. Permanece daí por diante com êles a fim de que, dando-se mutuamente, se amem com fidelidade perpétua, da mesma forma como Êle amou a sua Igreja e por ela se entregou (109). O autêntico amor conjugal é assumido no amor divino, e é guiado e enriquecido pelo poder redentor de Cristo e pela ação salvífica da Igreja para que os esposos sejam conduzidos eficazmente a Deus e ajudados e confortados na sublime missão de pai e mãe (110). Por isso os esposos cristãos são robustecidos e como que consagrados para os deveres e dignidades de seu encargo por um sacramento especial (111). Exercendo seu múnus conjugal e familiar em virtude dêsse sacramento, imbuídos do Espírito de Cristo que lhes impregna tôda a vida com a fé, a esperança e a caridade, aproximam-se cada vez mais de sua própria perfeição e mútua santificação e, assim unidos, contribuem para a glorificação de Deus.

Em conseqüência, marchando à frente os próprios pais com o exemplo e a oração familiar, os filhos e mesmo todos os que convivem no círculo da família encontrarão mais facilmente o caminho de humanidade, de salvação e de santidade. Mas os cônjuges, munidos com a dignidade e o múnus da paternidade e maternidade, cumprirão diligentemente o ofício da educação, sobretudo religiosa, que em primeiro lugar compete a êles.

Como membros vivos da família, os filhos colaboram a seu modo para a santificação dos pais. Retribuirão, com efeito, de alma agradecida, os benefícios dos pais com piedade e confiança e os assistirão, como convém a filhos, nas adversidades e na solidão da velhice. Seja honrada por todos a viuvez, assumida com fortaleza de ânimo em continuação da vocação conjugal (112). Assim a família comunicará as suas riquezas espirituais generosamente ainda às outras famílias. Assim a família cristã patenteará a todos a presença viva do Salvador no mundo e a autêntica natureza da Igreja pelo amor dos cônjuges, pela fecundidade generosa, pela unidade e fidelidade, e pela amável cooperação de todos os membros, porque se origina do matrimônio, que é imagem e participação do pacto de amor entre Cristo e a Igreja (113).

(106) Cf. PIO XI, Enc. *Casti Connubii* : AAS 22 (1930), pp. 546-547; Dz-Sch. 3706.

(107) Cf. Os 2; Jer 3,6-13; Ez 16 e 23; Is 54.

(108) Cf. Mt 9,15; Mc 2,19-20; Lc 5,34-35; Jo 3,29; veja-se também II Cor 11,2; Ef 5,27; Apoc 19,7-8; 21,2 e 9.

(109) Cf. Ef 5,25.

(110) Cf. Const. dogm. *Lumen Gentium* : AAS 57 (1965), pp. 15-16; 40-41; 47.

(111) PIO XI, Enc. *Casti Connubii* : AAS 22 (1930), p. 583.

(112) Cf. I Tim 5,3.

(113) Cf. Ef 5,32.

## O amor conjugal

49. Os noivos e os esposos são muitas vêzes convidados pela palavra de Deus a entreter e desenvolver o noivado com um amor puro, e o casamento com uma afeição exclusiva (114). Muitos homens, também, de nosso tempo, têm em alta estima o amor verdadeiro entre o marido e a espôsa, que se manifesta de várias formas segundo os costumes honestos dos povos e dos tempos. Eminentemente humano, porque parte de uma pessoa e se dirige a outra pessoa, mediante o afeto da vontade, êsse amor envolve o bem de tôda a pessoa; portanto é capaz de enobrecer as expressões do corpo e da alma como elementos e sinais específicos da amizade conjugal e de enriquecê-los com uma especial dignidade. O Senhor, por um dom especial de graça e caridade, se dignou restaurar, aperfeiçoar e elevar êsse amor. Semelhante amor, que associa o divino ao humano, leva os esposos à mútua doação de si mesmos, provada com terno afeto e com obras, e lhes impregna tôda a vida (115). Mais. Cresce e se aperfeiçoa com sua própria generosa operosidade. Supera, por conseguinte, de longe, a mera inclinação erótica que, cultivada com egoísmo, desaparece rápida e miseravelmente.

Esta afeição se exprime e se realiza de maneira singular pelo ato próprio do matrimônio. Por isso os atos pelos quais os cônjuges se unem íntima e castamente são honestos e dignos. Quando realizados de maneira verdadeiramente humana, testemunham e desenvolvem a mútua doação pela qual os esposos se enriquecem com o coração alegre e agradecido. Êsse amor, firmado pela fé mútua e, principalmente, consagrado pelo Sacramento de Cristo, é indissociavelmente fiel quanto ao corpo e à alma nas circunstâncias prósperas e adversas e por conseguinte alheio a tôda a espécie de divórcio e adultério. A unidade do matrimônio é também claramente confirmada pelo Senhor mediante a igual dignidade do homem e da mulher enquanto pessoas, a qual deve ser reconhecida no amor mútuo e perfeito. Requer-se, porém, uma virtude insigne para desempenhar com constância os encargos desta vocação cristã: por isso os esposos, robustecidos pela graça para uma vida santa, cultivarão com assiduidade a firmeza do amor, a grandeza de alma e o espírito de sacrifício e os implorarão em sua oração.

Mas o autêntico amor conjugal será tido em melhor estima e ganhará um sadio conceito na opinião pública se os cônjuges cristãos se distinguirem em dar testemunho de fidelidade e harmonia nesse amor e no cuidado pela educação dos filhos, e se participarem ativamente na imprescindível renovação cultural, psicológica e social em favor do matrimônio e da família. Os jovens devem ser instruídos convenientemente e a tempo sôbre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, a fim de que, preparados no cultivo da castidade, possam passar, na idade própria, do noivado honesto para as núpcias.

(114) Cf. Gn 2,22-24; Prov 5,15-20; 31,10-31; Tob 8,4-8; Cant 1,2-3; 1,16; 4,16-5,1; 7,8-14; I Cor 7,3-6; Ef 5,25-33.

(115) Cf. PIO XI, Enc. *Casti Connubii*: AAS 22 (1930), p. 547 e 548; Dz-Sch. 3707.

## A fecundidade do matrimônio

50. O matrimônio e o amor conjugal por sua própria índole se ordenam à procriação e educação dos filhos. Aliás os filhos são o dom mais excelente do matrimônio e constituem um benefício máximo para os próprios pais. Deus mesmo que disse: “Não convém ao homem ficar sozinho” (*Gn* 2,18), e “criou de início o homem como varão e mulher” (*Mt* 19,14), querendo conferir ao homem uma participação especial em sua obra criadora, abençoou o varão e a mulher dizendo: “crescei e multiplicai-vos” (*Gn* 1,28). Donde se segue que o cultivo do verdadeiro amor conjugal e toda a estrutura da vida familiar que daí promana sem desprezar os outros fins do matrimônio, tendem a dispor os cônjuges a cooperar corajosamente com o amor do Criador e do Salvador que por intermédio dos esposos aumenta e enriquece Sua família.

Os cônjuges sabem que no ofício de transmitir a vida e de educar — o qual deve ser considerado como missão deles própria — são cooperadores do amor de Deus Criador e como que seus intérpretes. Por isso desempenharão seu múnus com responsabilidade cristã e humana e, num respeito cheio de docilidade para com Deus, formarão um juízo reto, de comum acôrdo e empenho, atendendo ao bem próprio e ao bem dos filhos, seja já nascidos, seja que se prevêem nascer, discernindo as condições seja materiais seja espirituais dos tempos e do estado de vida e finalmente levando em conta o bem comum da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja. Os próprios esposos, em última análise, devem formar esse juízo, diante de Deus. Estejam porém os cônjuges cristãos conscientes de não poder proceder conforme seu arbítrio em sua maneira de agir, mas de que se devem guiar por uma consciência que tem por norma a própria lei divina, dóceis ao Magistério da Igreja, o qual interpreta autênticamente essa lei à luz do Evangelho. Esta lei divina coloca em evidência o significado do amor conjugal, protege-o e o leva à sua perfeição verdadeiramente humana. Assim os cônjuges cristãos, confiados na Providência Divina, e cultivando o espírito de sacrifício (116), glorificam o Criador e marcham para a perfeição em Cristo quando exercem a função de procriar com responsabilidade generosa, humana e cristã. Devem-se mencionar especialmente entre os esposos que cumprem dessa maneira a missão que Deus lhes confiou aquêles que, de comum e prudente acôrdo, acolhem, com alma grande, uma prole mais numerosa para ser convenientemente educada (117).

O matrimônio, porém, não foi instituído apenas para o fim da procriação. Mas a própria índole do pacto indissolúvel entre pessoas e o bem da prole exigem que também o amor recíproco se realize com reta ordem, que cresça e que amadureça. Por isso, embora os filhos muitas vêzes tão desejados faltem, continua o matrimônio como íntima comunhão de toda a vida, conservando seu valor e sua indissolubilidade.

(116) Cf. **I Cor** 7,5.

(117) Cf. **PIO XII**, Discurso *Tra le visite*, de 20-01-1958 : **AAS** 50 (1958), p. 91.

## **A harmonização do amor conjugal com o respeito à vida humana**

51. O Concílio sabe que os esposos encontram muitas vezes obstáculos na organização harmoniosa da vida conjugal por certas condições modernas de vida. Podem achar-se em circunstâncias em que, ao menos por certo tempo, o número de filhos não deve crescer; é nelas que com dificuldade se conservam o cultivo do amor fiel e a plena intimidade de vida. Mas onde se rompe a intimidade da vida conjugal, não raramente a fidelidade pode entrar em crise e o bem da prole pode ser comprometido pois então periclitam a educação dos filhos e a coragem de ter nova prole.

Existem os que ousam trazer soluções desonestas a êsses problemas e não recuam até mesmo diante da destruição da vida. Mas a Igreja torna a lembrar que não pode haver verdadeira contradição entre as leis divinas sobre a transmissão da vida e o cultivo do autêntico amor conjugal.

Deus, com efeito, que é o Senhor da vida, confiou aos homens o nobre encargo de preservar a vida para ser exercido de maneira condigna do homem. Por isso a vida deve ser protegida com o máximo cuidado desde a concepção. O abôrto como o infanticídio são crimes nefandos. Por outro lado a sexualidade própria do homem e a faculdade humana de gerar excedem maravilhosamente o que se encontra nos graus inferiores de vida. Em consequência, os atos próprios da vida conjugal, regulados segundo a autêntica dignidade humana, devem ser religiosamente respeitados. Por isso a moralidade da maneira de agir, quando se trata de harmonizar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, não depende apenas da intenção sincera e da reta apreciação dos motivos, mas deve ser determinada segundo critérios objetivos tirados da natureza da pessoa e de seus atos, critérios êsses que respeitam o sentido integral da doação mútua e da procriação humana no contexto do verdadeiro amor. Tudo isso é impossível se a virtude da castidade conjugal não fôr cultivada com sinceridade. Aos filhos da Igreja, apoiados nesses princípios, não é lícito adotar na regulação da prole os meios que o Magistério reprova quando explica a lei divina (118).

Estejam todos certos de que a vida dos homens e a missão de a transmitir não se confinam ao tempo presente nem se podem medir ou entender por êsse tempo apenas, mas que estão sempre relacionados com a destinação eterna dos homens.

## **A promoção do matrimônio e da família como um dever de todos**

52. A família é em certo sentido uma escola de enriquecimento humano. Mas para atingir a plenitude de sua vida e de sua missão requer a comunhão de alma no bem-querer, a decisão comum dos esposos e a

(118) Cf. PIO XI, Enc. *Casti Connubii*: AAS 22 (1930), pp. 559-561, Dz-Sch. 3716-3718; PIO XII, Discurso ao Congresso da União Italiana das Partei-  
teiras, de 29-10-1951: AAS 43 (1951), pp. 835-854; PAULO VI, Discurso aos Cardeais, de 23-06-1964: AAS 56 (1964), pp. 581-589. Algumas questões, que necessitam de investigações mais aprofundadas, foram por ordem do Sumo Pontífice confiadas à Comissão para o estudo da popu-

diligente cooperação dos pais na educação dos filhos. É de grande proveito para a formação dêsses a presença ativa do pai. Mas, sem desprezar a legítima promoção social da mulher, deve-se pôr a salvo o cuidado da mãe em casa, do qual necessitam principalmente os filhos menores. Os filhos sejam educados de tal maneira que, ao atingir a idade adulta, possam seguir com pleno senso de responsabilidade sua vocação, inclusive a religiosa, e escolher um estado de vida no qual, se vierem a se casar, possam constituir família própria em boas condições morais, sociais e econômicas. É dever dos pais ou tutores orientar com prudentes conselhos os jovens que vão fundar uma família; ouvindo-os de boa vontade, cuidem, porém, de não obrigá-los por coação direta ou indireta a contrair matrimônio ou a escolher determinado cônjuge.

Desta maneira a família, na qual convivem várias gerações que se ajudam mutuamente em adquirir maior sabedoria e em harmonizar os direitos pessoais com as outras exigências sociais, constitui o fundamento da sociedade. Por isso todos aqueles que exercem influência nas comunidades e nos grupos sociais devem trabalhar eficazmente para a promoção do matrimônio e da família. O poder civil deve considerar como sua função sagrada reconhecer, proteger, cultivar a sua verdadeira natureza, defender a moralidade pública e favorecer a prosperidade dos lares. Deve-se garantir o direito dos pais de procriar filhos e educá-los no seio da família. Os que, infelizmente, não têm o benefício da família sejam também protegidos por uma legislação prudente e iniciativas variadas e socorridos por uma ajuda adequada.

Os fiéis promovam ativamente os valores da família e do matrimônio pelo próprio exemplo, pela ação concorde com os homens de boa vontade, aproveitando o tempo presente (119), discernindo as coisas eternas das formas mutáveis. Assim, vencidas as dificuldades, atenderão às necessidades e interêses da família que são próprios dos tempos novos. De grande ajuda serão para êsse fim o senso cristão dos fiéis, a reta consciência moral dos homens, bem como a sabedoria e a competência daqueles que são versados nas sagradas disciplinas.

Os especialistas em ciências, mormente biológicas, médicas, sociais e psicológicas, podem contribuir grandemente para o bem do matrimônio e da família e a paz das consciências, se, mediante estudos comparados, se esforçarem por esclarecer mais profundamente as condições que favorecem a honesta regulação da procriação humana.

É dever dos sacerdotes, adequadamente formados em questões familiares, promover a vocação dos esposos na sua vida conjugal e familiar pelos vários meios pastorais, pela pregação da palavra de Deus, pelo culto

---

lação, família e natalidade, para que, terminados os estudos, o próprio Papa decida. Estando neste pé a doutrina do Magistério, o Concílio não tem a intenção de propor diretamente soluções concretas.

(119) Cf. Ef 5,16; Col 4,5.

litúrgico e por outros recursos espirituais, bem como humana e pacientemente fortificá-los nas suas dificuldades e confortá-los com caridade, para que se formem famílias que sejam verdadeiramente focos de luz.

Procurem pela doutrina e pela ação consolidar as várias obras, especialmente as associações familiares, os jovens e os próprios esposos, especialmente os recém-casados, e formá-los para a vida familiar, social e apostólica.

Finalmente os próprios esposos, criados à imagem de Deus vivo e estabelecidos numa verdadeira relação de pessoas, estejam unidos por um igual afeto, por um pensamento idêntico e por uma santidade mútua (120), a fim de que, seguindo a Jesus Cristo, princípio da vida (121), se tornem, nas alegrias e nos sacrifícios de sua vocação, por seu amor fiel, testemunhas daquele mistério de amor que o Senhor revelou ao mundo por sua morte e ressurreição (122).

## CAPÍTULO II

### A PROMOÇÃO DA CULTURA

#### Introdução

53. É próprio da própria pessoa humana não atingir a humanidade verdadeira e plena senão pela cultura, isto é, cultivando os bens e os valores da natureza. Em todo o lugar portanto, quando se trata da vida humana, a natureza e a cultura se entrelaçam de um modo muito íntimo.

Pela palavra "cultura", em sentido geral, indicam-se tôdas as coisas com as quais o homem aperfeiçoa e desenvolve as variadas qualidades da alma e do corpo; procura submeter a seu poder pelo conhecimento e pelo trabalho o próprio orbe terrestre; torna a vida social mais humana, tanto na família quanto na comunidade civil, pelo progresso dos costumes e das instituições; enfim, exprime, comunica e conserva, em suas obras, no decurso dos tempos as grandes experiências espirituais e as aspirações, para que sirvam ao proveito de muitos e ainda de todo o gênero humano.

Conclui-se daí que a cultura humana tem necessariamente um aspecto histórico e social, e que a palavra "cultura" se reveste com freqüência de sentido sociológico e etnológico. Neste sentido fala-se da pluralidade de culturas. Pela maneira diversa de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de praticar a religião e formar os costumes, de estabelecer as leis e as instituições jurídicas, de favorecer as ciências e artes e de cultivar o belo, surgem diversas condições de vida em comum e formas diversas de

(120) Cf. *Sacramentarium Gregorianum* : PL 78,262.

(121) Cf. *Rom* 5,15 e 18; 6,5-11; *Gal* 2,20.

(122) Cf. *Ef* 5,25-27.

dispor os bens da vida. Assim, com êstes costumes recebidos, constrói-se o patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim também um meio definido e histórico, no qual é inserido o homem de qualquer nação ou tempo e de onde êle tira os bens para promover a civilização humana.

## I SEÇÃO: CONDIÇÕES CULTURAIS DO MUNDO DE HOJE

### **Novas formas de vida**

54. Modificaram-se profundamente as condições de vida do homem moderno, do ponto de vista social e cultural, de tal modo que é lícito falar de uma idade nova da história humana (123). Por isso abrem-se novos caminhos para o aperfeiçoamento e a difusão mais ampla da cultura. O crescimento considerável das ciências naturais, humanas e também sociais, o desenvolvimento da técnica e o progresso no aperfeiçoamento e uso adequado dos meios de comunicação entre os homens prepararam êstes caminhos. Por isso a cultura de hoje é assinalada por características particulares. As ciências chamadas exatas desenvolvem notavelmente o juízo crítico. Os recentes estudos psicológicos explicam mais profundamente a atividade humana. As disciplinas históricas contribuem muito para que a realidade seja observada sob o seu aspecto de mudança e evolução. Os hábitos e costumes de vida tornam-se cada dia mais uniformes. A industrialização, a urbanização e outras causas que promovem a vida comunitária, criam novas formas de cultura (cultura de massa), das quais surgem maneiras novas de sentir, de agir e de utilizar o tempo livre. Ao mesmo tempo, o crescente intercâmbio entre as várias nações e grupos sociais abre mais largamente os tesouros das diversas formas de cultura a todos e a cada um e assim prepara-se aos poucos um tipo de civilização mais universal que tanto mais promove e exprime a unidade do gênero humano quanto melhor respeita as particularidades das diversas culturas.

### **O homem autor da cultura**

55. Cada dia se torna maior o número de homens e mulheres de diversos grupos e nações que tomam consciência de ser os criadores e autores da cultura de sua comunidade. No mundo inteiro cresce cada vez mais o senso de autonomia e ao mesmo tempo de responsabilidade, que é de máxima importância para o amadurecimento espiritual e moral do gênero humano. Isto aparece mais claramente quando colocamos diante dos olhos a unificação do universo e a tarefa que nos é imposta de edificar um mundo melhor na verdade e na justiça. Portanto, desta maneira, testemunhamos o nascimento de um nôvo humanismo, no qual o homem se define, em primeiro lugar, por sua responsabilidade perante os seus irmãos e a história.

(123) Veja-se a exposição introdutória da presente Constituição, n. 4 ss.

## Dificuldades e tarefas

56. Nestas condições não é de se admirar que o homem, sentindo a sua responsabilidade no progresso da cultura, alimente uma esperança maior, mas ao mesmo tempo contemple de alma angustiada as inúmeras antinomias existentes que êle próprio deve resolver:

O que fazer para que os intercâmbios culturais mais freqüentes, que deveriam levar os diversos grupos e nações a um diálogo verdadeiro e frutuoso, não perturbem a vida das comunidades; não destruam a sabedoria dos antepassados e nem coloquem em perigo a índole própria de cada povo?

Como se deve favorecer o dinamismo e a expansão de uma nova cultura, sem que pareça a fidelidade viva para com a herança das tradições? E isto urge particularmente onde a cultura, que se origina de um progresso enorme das ciências e da técnica, deve harmonizar-se com aquela civilização que se alimenta dos estudos clássicos, segundo as diversas tradições.

Como se pode conciliar uma dispersão tão rápida e progressiva das ciências particulares com a necessidade de elaborar a sua síntese e de conservar nos homens as faculdades de contemplação e admiração que encaminham para a sabedoria?

O que fazer para que a grande massa dos homens participe dos benefícios da cultura, quando simultaneamente a das elites não cessa de se elevar e de complicar sempre mais?

Como, enfim, reconhecer legítima a autonomia que a cultura reclama para si, sem cair em um humanismo meramente terrestre e mesmo adversário da própria região?

No meio destas antinomias é necessário que a cultura humana se desenvolva de tal modo que aperfeiçoe de maneira equilibrada a pessoa humana integral e ajude os homens a desempenhar as funções a que são chamados, sobretudo os cristãos, unidos fraternalmente na única família humana.

## II SEÇÃO: ALGUNS PRINCÍPIOS PARA A CONVENIENTE PROMOÇÃO DA CULTURA

### A fé e a cultura

57. Os cristãos, peregrinando para a cidade celeste, devem procurar e saborear as coisas do alto (124). Isto contudo, longe de diminuir, antes aumenta a importância da missão que êles têm de desempenhar juntamente com todos os homens na construção de um mundo mais humano. E, na verdade, o mistério da fé cristã lhes oferece valiosos impulsos e auxílios para cumprir mais cuidadosamente aquela missão e descobrir a significação profunda dêste trabalho, pelo qual a cultura obtém o seu lugar exímio na vocação integral do homem.

(124) Cf. Col 3,1-2.

Quando cultiva a terra com o trabalho de suas mãos ou por meio da técnica, para que ela produza frutos e se torne uma habitação digna da família humana inteira, e quando participa conscientemente da vida dos grupos sociais, o homem realiza o plano de Deus, manifestado no início dos tempos, que é o de dominar a terra (125) e completar a criação, e se aperfeiçoa a si mesmo. Observa ao mesmo tempo o grande mandamento de Cristo, que é o de despende-se no serviço dos irmãos.

Além disso, quando se aplica às múltiplas disciplinas da filosofia, da história, das ciências matemáticas e naturais e se ocupa das artes, o homem pode contribuir em alta medida para que a família humana se eleve às noções mais nobres do verdadeiro, do bom e do belo e a um juízo de valor do universo e seja mais claramente iluminado pela Sabedoria admirável, que estava junto de Deus desde toda a eternidade, dispondo com Ele todas as coisas, brincando sobre o globo da terra e encontrando as suas delícias junto com os filhos dos homens (126).

Por esta razão o espírito do homem, mais desprendido da servidão das coisas, pode elevar-se mais expeditamente ao próprio culto e à contemplação do Criador. E é disposto, pelo impulso da graça, a reconhecer o Verbo de Deus que, antes de encarnar-Se para salvar e recapitular em Si todas as coisas, já "estava no mundo" como "luz verdadeira que ilumina todo o homem" (*Jo* 1,9-10) (127).

Na verdade o progresso atual das ciências e da técnica, que em razão de seus métodos não conseguem atingir as profundezas das realidades, pode favorecer um certo fenomenismo e agnosticismo, quando o método da pesquisa usado por estas disciplinas é indêbitamente admitido como norma suprema na procura de toda a verdade. Existe ainda o perigo de o homem, confiando demasiadamente nas descobertas atuais, julgar que se basta a si mesmo, descuidando os valores mais altos.

Estas inconveniências contudo não se seguem necessariamente da cultura moderna, nem nos devem expor à tentação de não admitirmos os seus valores positivos. Entre eles enumeram-se: o estudo das ciências e fidelidade rigorosa à verdade nas pesquisas científicas, à necessidade de trabalhar em equipe com outros nos grupos técnicos, o senso da solidariedade internacional, a consciência cada dia mais viva da responsabilidade dos cientistas na ajuda e na proteção a ser dispensada aos homens, a vontade de tornar mais favorável as condições de vida para todos, sobretudo para aqueles que são privados de responsabilidade ou sofrem a indigência cultural. Tudo isto consegue trazer alguma preparação para que se receba a mensagem do Evangelho, que pode ser informada pela caridade divina por Aquêle que veio salvar o mundo.

---

(125) Cf. **Gn** 1,28.

(126) Cf. **Prov** 8,30-31.

(127) Cf. **S. IRINEU**, **Adv. Haer.** III, 11,8 (ed. Sagnard, p. 200; cf. *ib.*, 16-6; pp. 290-292; 21,10-22: pp. 370-372; 22,3: p. 378; etc.).

## As relações múltiplas entre o Evangelho de Cristo e a cultura humana

58. Encontram-se inúmeros vínculos entre a mensagem de salvação e a cultura humana. Deus, com efeito, revelando-se ao Seu Povo até à manifestação plena de Si no Filho encarnado, falou de acôrdo com a cultura própria de diversas épocas.

A Igreja igualmente, no decorrer dos tempos, vivendo em variadas condições, usou os recursos das culturas para na sua pregação a todos os povos explicar e difundir a mensagem de Cristo, investigá-la e entendê-la mais profundamente a fim de melhor exprimi-la, na celebração litúrgica e na vida da variada comunidade dos fiéis.

Ao mesmo tempo a Igreja, enviada a todos os povos de qualquer época e região, não está ligada de maneira exclusiva e indissolúvel a nenhuma raça ou nação, a nenhuma forma particular de costumes e a nenhum hábito antigo ou recente. Fiel à própria tradição e simultâneamente consciente de sua missão universal, ela pode entrar em comunhão com as diversas formas de cultura, donde resultará um enriquecimento tanto para a Igreja como para as diferentes culturas.

A boa-nova de Cristo restaura constantemente a vida e a cultura do homem decaído, combate e remove os erros e os males decorrentes da sempre ameaçadora sedução do pecado. Purifica e eleva incessantemente os costumes dos povos. Com as riquezas do alto êle fecunda, como que por dentro, as qualidades do espírito e os dotes de cada povo e de cada idade, fortifica-os, aperfeiçoa-os e restaura-os em Cristo (128). Dêste modo a Igreja, cumprindo a própria missão (129), por isso mesmo estimula a civilização humana e contribui para ela, e, por sua ação, também litúrgica, educa o homem para a liberdade interior.

## Relações humanas nas várias formas de cultura humana

59. Com os argumentos supramencionados, a Igreja lembra a todos que a cultura deve estar subordinada à perfeição integral da pessoa humana, ao bem da comunidade e da humanidade inteira. Por isso é necessário cultivar o espírito de tal modo que se desenvolva a faculdade de admirar, de penetrar o íntimo das coisas, de contemplar, de formar um juízo pessoal e de aperfeiçoar o senso religioso, moral e social.

Porque deriva imediatamente da natureza racional e social do homem, a cultura precisa sem cessar de justa liberdade para desenvolver-se e de legítima autonomia de ação, segundo os princípios próprios. Exige por-

(128) Cf. Ef 1,10.

(129) Cf. as palavras de PIO XI ao Padre M.-D. Roland-Gosselin: "jamais se deve perder de vista que o objetivo da Igreja está na evangelização e não na civilização. Se ela civiliza, é para evangelizar" (Semanas Sociais da França, Versailles, 1936, pp. 461-462).

tanto respeito e goza de certa inviolabilidade, observados evidentemente os direitos da pessoa e da comunidade, particular ou universal, dentro dos limites do bem comum.

O Sagrado Concílio, retomando os ensinamentos do Concílio Vaticano I, declara que há “duas ordens de conhecimento” distintas, a saber, a da fé e a da razão. Portanto a Igreja não pode absolutamente impedir que “as artes e disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios, cada uma em seu campo”. Por isso, “reconhecendo a justa liberdade”, afirma a legítima autonomia da cultura humana e particularmente das ciências (130).

Tôdas essas coisas exigem também que o homem, observadas a ordem moral e a utilidade comum, possa investigar livremente a verdade, manifestar e divulgar a própria opinião e cultivar a arte que desejar. Exige-se enfim que o homem seja informado imparcialmente acêrca dos acontecimentos públicos (131).

Não compete, porém, à autoridade pública determinar o caráter próprio das formas da cultura humana, mas proporcionar condições e recursos para a promoção da vida cultural no meio de todos, também junto às minorias numa nação (132). Portanto, deve-se insistir, antes de tudo, que a cultura, desviada de seu próprio fim, não seja forçada a sujeitar-se aos poderes políticos e econômicos.

### III SEÇÃO : ALGUMAS OBRIGAÇÕES MAIS URGENTES DOS CRISTÃOS EM RELAÇÃO À CULTURA

#### **Reconhecimento, levado à prática, do direito de todos aos benefícios da cultura**

60. Como se oferece agora a possibilidade de libertar inúmeras pessoas da miséria da ignorância, é imperioso dever, muito de acôrdo com a nossa época, sobretudo para os cristãos, trabalhar denodadamente, tanto no setor econômico, quanto no setor político, em âmbito nacional e internacional, a fim de se tomarem decisões fundamentais pelas quais se reconheça em tôda a terra, e seja levado à prática, o direito de todos à civilização humana, conveniente à dignidade da pessoa, sem discriminação de raça, sexo, nação, religião ou condição social. Por isso, para todos devem ser providenciados os suficientes bens de cultura, sobretudo aquêles que constituem a cultura de base, para que muitos não sejam impedidos de cooperar, de maneira verdadeiramente humana, no bem comum, pelo analfabetismo e pela falta de iniciativa.

(130) CONC. VAT. I, Const. *Dei Filius* : Dz- 1795, 1799 (3015, 3019). Cf. PIO XI, Enc. *Quadragesimo Anno* : AAS 23 (1931), p. 190.

(131) Cf. JOÃO XXIII, Enc. *Pacem in Terris* : AAS 55 (1963), p. 260.

(132) Cf. JOÃO XXIII, Enc. *Pacem in Terris* : AAS 55 (1963), p. 283; PIO XII, Radiomensagem de 24-12-1941 : AAS 34 (1942), pp. 16-17.

Deve-se, portanto, tender a que os homens, cujas fôrças de inteligência o possibilitem, possam elevar-se aos estudos de nível superior, de tal modo que os mesmos, enquanto fôr possível, surjam na sociedade humana, desempenhando funções, cargos e serviços de acôrdo com a sua capacidade e com a competência que adquiriram (133). Assim cada homem e cada grupo social em qualquer povo poderá conseguir o desabrochar pleno de sua vida cultural, conforme às suas capacidades e tradições.

Além disso deve-se trabalhar estrênuamente para que todos se tornem conscientes, não só do direito à cultura, mas também do dever a que estão obrigados de se cultivar a si mesmos e de ajudar os outros. Às vêzes existem condições de vida e de trabalho que impedem os esforços culturais dos homens e destroem nêles o gôsto da cultura. Estas observações valem de modo especial para os trabalhadores do campo e os operários, aos quais é necessário oferecer condições tais de prestarem o seu trabalho que não impeçam, mas promovam a sua cultura humana. As mulheres já trabalham em quase todos os setores da vida. É conveniente porém que possam assumir plenamente, de acôrdo com a própria índole, o papel que lhes toca. É dever de todos reconhecer e promover a participação específica e necessária da mulher na vida cultural.

### **Educação para a cultura integral do homem**

61. Hoje é maior do que antigamente a dificuldade de reduzir a uma síntese as várias ciências e artes. Enquanto crescem o volume e diversidade de elementos que constituem a cultura, diminui ao mesmo tempo, para cada homem, a possibilidade de percebê-los e compô-los orgânicamente, de tal modo que cada vez mais desaparece a imagem do "homem universal". Contudo continua a impor-se a cada homem o dever de salvar a integridade de sua personalidade, na qual sobressaem os valôres da inteligência, vontade, consciência e fraternidade, todos fundamentados em Deus Criador e que em Cristo foram sanados e elevados, de maneira admirável.

Como que mãe e alimentadora desta educação, acha-se em primeiro lugar a família. Nela os filhos, cuidados com amor, aprendem mais facilmente a jerarquia dos valôres enquanto formas aprovadas de cultura humana são por assim dizer naturalmente comunicadas ao espírito do adolescente em crescimento.

Para a mesma educação existem na sociedade atual oportunidades, decorrentes sobretudo da larga difusão de livros e dos instrumentos novos de comunicação cultural e social, que podem favorecer a cultura universal. Com a diminuição generalizada do tempo de trabalho cresceram, com os dias, as vantagens para muitos homens. Empreguem bem os lazeres, para o descanso do espírito e para consolidar a saúde da alma e do corpo. Por meio de atividades livres e ocupações, viagens a outras regiões (turismo),

---

(133) Cf. JOAO XXIII, Enc. *Pacem in Terris*: AAS 55 (1963), p. 260.

com as quais se cultiva a inteligência humana, os homens se enriquecem com o conhecimento mútuo, através de exercícios e apresentações esportivas que auxiliam a manter o equilíbrio do espírito, também na comunidade, e a estabelecer relações fraternais entre os homens de tôdas as condições, nações e raças. Os cristãos, portanto, cooperem para que as manifestações e atividades culturais coletivas, próprias de nossa época, sejam impregnadas de espírito humano e cristão.

Tôdas estas vantagens, porém, não conseguem realizar integralmente a educação cultural do homem, se ao mesmo tempo é esquecida a interrogação profunda sôbre o sentido da cultura e da ciência para a pessoa humana.

### **Composição da civilização humana com a educação cristã**

62. Ainda que a Igreja tenha contribuído muito para o progresso da cultura, contudo consta pela experiência que, por motivos contingentes, nem sempre é fácil de realizar a harmonia entre a cultura e o cristianismo.

Estas dificuldades não trazem necessariamente dano à vida de fé, mas, ao contrário, podem impulsionar a mente a ter dela um conhecimento mais profundo. Com efeito, os estudos e as descobertas mais recentes das ciências, da história e da filosofia despertam problemas novos, que acarretam conseqüências também para a vida e exigem dos teólogos novas investigações. Além disso, os teólogos, observados os métodos próprios e as exigências da ciência teológica, são convidados sem cessar a descobrir a maneira mais adaptada de comunicar a doutrina aos homens de seu tempo, porque uma coisa é o próprio depósito da Fé ou as verdades e outra é o modo de enunciá-las, conservando-se contudo o mesmo significado e a mesma sentença (134). Na pastoral sejam suficientemente conhecidos e usados não sômente os princípios teológicos, mas também as descobertas das ciências profanas, sobretudo da psicologia e da sociologia, de tal modo que também os fiéis sejam encaminhados a uma vida de fé mais pura e amadurecida.

Também a seu modo as letras e artes são de grande importância para a vida da Igreja. Procuram compreender a índole própria do homem, seus problemas e suas tentativas enérgicas de conhecer e aperfeiçoar a si mesmo e o mundo. Esforçam-se para descobrir o seu lugar na história e no universo inteiro e elucidar as misérias e alegrias, as necessidades e as energias dos homens e antecipar um destino humano melhor. Dêste modo conseguem elevar a vida humana, expressa de variadas formas, segundo as épocas e as regiões.

Por conseguinte deve-se trabalhar para que os cultores daquelas artes sintam-se compreendidos pela Igreja, em sua atividade, e gozando de

---

(134) Cf. JOAO XXIII, Discurso de 11-10-1962, de abertura do Concílio : AAS 54 (1962), p. 792.

liberdade ordenada, estabeleçam intercâmbios mais fáceis com a comunidade cristã. Também as formas novas de arte, apropriadas aos nossos contemporâneos, segundo a índole das diversas nações e regiões, sejam reconhecidas pela Igreja. Acolham-se, porém, no santuário, quando, por modos de expressão adaptados e condizentes com as exigências da liturgia, elevem a mente a Deus (135).

Assim o conhecimento de Deus se manifesta melhor e a pregação evangélica torna-se mais transparente para a inteligência dos homens e aparece como que conatural às suas condições de vida.

Os fiéis vivam portanto muito unidos aos outros homens de sua época e procurem perceber perfeitamente suas maneiras de pensar e de sentir, expressa pela cultura. Unam os conhecimentos das novas ciências e doutrinas e das últimas descobertas com a moral e os ensinamentos da doutrina cristã para que a cultura religiosa e a retidão moral caminhem, junto dos mesmos homens, no mesmo passo do conhecimento das ciências e da técnica em progresso incessante e assim consigam eles apreciar e interpretar tôdas as coisas com sensibilidade autenticamente cristã.

Aquêles que se dedicam às disciplinas teológicas nos seminários e universidades procurem colaborar com os homens que sobressaem nas outras ciências, colocando em comum suas energias e opiniões. A pesquisa teológica, ao mesmo tempo que aprofunda o conhecimento da verdade revelada, não negligencie o contacto com o próprio tempo, para que possa fornecer um conhecimento mais completo da fé aos homens preparados nos diversos ramos de saber. Esse trabalho em conjunto será de máximo proveito para a formação dos ministros sagrados: poderão apresentar de modo mais adaptado a doutrina da Igreja sobre Deus, o homem e o mundo, aos contemporâneos, que por sua vez acolherão mais prazerosamente a palavra de Deus (136). Bem mais. É de desejar que muitos leigos consigam uma conveniente formação nas ciências sagradas e não poucos entre eles, havendo oportunidade, dediquem-se *ex-professo* a êstes estudos e os aprofundem. Para que consigam desempenhar o seu dever, seja reconhecida aos fiéis, clérigos ou leigos, a justa liberdade de investigação e de pensamento, bem como a justa liberdade de exprimir as suas idéias com humildade e firmeza, nos assuntos de sua competência (137).

---

(135) Cf. Const. sobre a Sagrada Liturgia, n. 123: AAS 56 (1964), p. 131; PAULO VI, Discurso aos artistas romanos: AAS 56 (1964), pp. 439-442.

(136) Cf. CONC. VAT. II, Decreto sobre a formação sacerdotal e sobre a educação cristã.

(137) Cf. Const. dogm. *Lumen Gentium*, cap. 4, n. 37: AAS 57 (1965), pp. 42-43.

## CAPÍTULO III

## VIDA ECONÔMICO-SOCIAL

## Alguns aspectos da vida econômica

63. Também na vida econômico-social a dignidade da pessoa humana, com sua vocação integral, bem de toda a sociedade, deve ser honrada e promovida. O homem, com efeito, é o autor, centro e fim de toda a vida econômico-social.

A economia atual, como os outros setores da vida social, é assinalada por uma dominação crescente do homem sobre a natureza, por mais repetidas e importantes relações e dependência mútua entre os cidadãos, grupos e povos, e por uma intervenção mais freqüente do poder político. Ao mesmo tempo os progressos nos sistemas de produção e na troca de bens e serviços tornaram a economia um instrumento apto, que pode servir melhor às necessidades ampliadas da família humana.

Contudo, não faltam motivos de inquietação. Não poucos homens, sobretudo nas regiões economicamente desenvolvidas, parecem como que dominados pela realidade econômica, de tal modo que toda a sua vida pessoal e social é impregnada de um certo espírito de lucro, tanto nas nações que favorecem a economia coletivista quanto nas outras. No momento em que o progresso da vida econômica dirigido e coordenado de maneira racional e humana poderia mitigar as desigualdades sociais, com muita freqüência se torna o agravamento das desigualdades sociais ou também cá e lá o regresso da condição social dos fracos e o desprezo dos pobres. Enquanto uma enorme multidão tem falta ainda de coisas absolutamente necessárias, alguns, mesmo em regiões menos desenvolvidas, vivem na opulência ou desperdiçam os bens. O luxo e a miséria existem simultaneamente. Enquanto poucos gozam do máximo poder de deliberação, muitos carecem de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade de ação, encontrando-se muitas vezes mesmo a pessoa humana em condições indignas de vida e de trabalho.

Semelhantes defeitos de equilíbrio econômico e social são notados não só entre a agricultura, a indústria e os serviços como também entre as diversas regiões de uma mesma nação. Entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações, torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz do mundo.

Com consciência cada dia mais viva nossos contemporâneos percebem estas disparidades. Estão inteiramente persuadidos de que as ampliadas capacidades técnicas e econômicas, das quais dispõe o mundo atual, poderiam e deveriam corrigir este funesto estado de coisas. Por conseguinte, exigem-se de todos muitas reformas na vida econômico-social e uma conversão de mentalidade e de modo de ser. Para isto a Igreja, no decurso dos tempos, sob a luz do Evangelho, exarou e, sobretudo nestes últimos tempos, divulgou os princípios de justiça e de equidade,

postulados pela reta razão, tanto para a vida individual e social, quanto para a vida internacional. O Sagrado Concílio pretende corroborar êstes princípios, de acôrdo com as circunstâncias desta época, e proferir algumas orientações, que dizem respeito, antes de tudo, às exigências do desenvolvimento econômico (138).

## I SEÇÃO : O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### O desenvolvimento econômico a serviço do homem

64. Hoje, mais do que antes, atendendo-se ao aumento da população e às crescentes aspirações da humanidade, procura-se com razão incrementar a produção de bens agrícolas, industriais, e o volume de serviços prestados. Por isso, deve-se encorajar o progresso técnico, o espírito de renovação, a criação e a ampliação de emprêsas, a adaptação dos métodos de produção, os diligentes esforços de todos os que participam nos setores produtivos, enfim, todos os elementos que possam contribuir a êste progresso. A finalidade fundamental desta produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou a dominação, mas o serviço do homem e do homem completo, atendida a jerarquia das exigências de sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de todo homem, dizemos, de qualquer comunidade humana, sem distinção de raça ou região do mundo. Assim a atividade econômica, de acôrdo com os métodos e as leis próprias, deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral (139) de tal modo que se cumpra o plano de Deus a respeito do homem (140).

### O desenvolvimento econômico sob a decisão do homem

65. O progresso econômico deve permanecer sob a deliberação do homem. Não pode ser abandonado ao só arbítrio de poucas pessoas, ou de grupos economicamente muito poderosos, nem só da comunidade política, nem de algumas nações mais ricas. Ao contrário, é preciso que em qualquer nível numerosas pessoas e, quando se trata de relações internacionais, tôdas as nações participem ativamente da sua direção. É igualmente necessário que as iniciativas espontâneas dos indivíduos e dos grupos privados sejam coordenadas com a ação dos poderes públicos e se ajustem e se harmonizem entre si.

O desenvolvimento não pode ser abandonado nem ao curso quase mecânico da atividade econômica dos indivíduos e nem somente ao po-

(138) Cf. PIO XII, Mensagem de 23-03-1952 : AAS 44 (1952), p. 273; JOÃO XXIII, Alocução à A.C.L.I., de 1-05-1959 : AAS 51 (1959), p. 248.

(139) Cf. PIO XI, Enc. *Quadragesimo Anno* : AAS 23 (1931), p. 190 ss.; PIO XII, Mensagem de 23-03-1952 : AAS 44 (1952), p. 276 ss.; JOÃO XXIII, Enc. *Mater et Magistra* : AAS 53 (1961), p. 450; CONC. VAT. II, Decr. *Inter mirifica*, cap. 1, n. 6 AAS 56 (1964), p. 147.

(140) Cf. Mt 16,26; Lc 16,1-31; Col 3,17.

der da autoridade pública. Por isso devem ser argüidas de erro, não só as teorias que, sob a forma de falsa liberdade, dificultam as reformas necessárias, mas também as que sacrificam os direitos fundamentais das pessoas particulares e dos grupos à organização coletiva da produção (141).

Além disso, lembrem-se os cidadãos que é seu direito e dever, o que deve ser reconhecido também pelo poder civil, de contribuir segundo as suas possibilidades para o progresso verdadeiro da própria comunidade. Sobretudo nas regiões economicamente menos desenvolvidas, onde todas as riquezas devem ser urgentemente usadas, colocam o bem comum em perigo grave aqueles que deixam os seus recursos sem dar frutos ou — respeitado o direito pessoal de migração — privam a sua comunidade dos auxílios materiais ou espirituais dos quais ela necessita.

### Supressão das acentuadas diferenças econômico-sociais

66. Para satisfazer as exigências da justiça e da equidade, deve-se esforçar vigorosamente para que, respeitando-se os direitos das pessoas e o caráter próprio de cada povo, se suprimam, o mais depressa possível, as acentuadas diferenças econômico-sociais que hoje existem e crescem com frequência ligadas à discriminação individual e social. Igualmente, em muitas regiões, levando-se em conta as dificuldades peculiares da agricultura, tanto na produção quanto na venda dos bens, os trabalhadores do campo devem ser ajudados, não só para aumentar a produção, mas também para vendê-la, e na introdução das necessárias reformas e inovações assim como na obtenção de um lucro razoável, a fim de que, como acontece muitas vezes, não permaneçam nas condições de cidadãos de classe inferior. Os próprios agricultores, de sua parte, principalmente os jovens, apliquem-se com destreza ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos profissionais, sem o que não pode haver progresso da agricultura (142).

A justiça e a equidade exigem também que a mobilidade, necessária a uma economia em desenvolvimento, seja organizada de tal modo que a vida dos indivíduos e de suas famílias não se torne instável e precária. Deve-se evitar cuidadosamente qualquer discriminação, quanto às condições de remuneração e de trabalho, em relação aos operários provenientes de outra nação ou região, que cooperam com sua obra para a promoção econômica do povo ou território. Todos, além disso, e as autoridades públicas em primeiro lugar, não os tratem como meros instrumentos de produção, mas como pessoas: devem ajudá-los a mandar buscar as suas

(141) Cf. LEÃO XIII, Enc. Libertas, nas Acta Leonis XIII, t. VIII, p. 220 ss.; PIO XI, Enc. Quadragesimo Anno: AAS 23 (1931), p. 191 ss.; Id., Divini Redemptoris: AAS 39 (1937), p. 65 ss.; PIO XII, Mensagem de Natal, 1941: AAS 34 (1942), p. 10 ss.; JOÃO XXIII, Enc. Mater et Magistra: AAS 53 (1961), pp. 401-464.

(142) Quanto ao problema da agricultura, cf. principalmente JOÃO XXIII, Enc. Mater et Magistra: AAS 53 (1961), p. 341 ss.

famílias para junto deles e a providenciar uma habitação decente, assim como favorecer a sua integração na sociedade do povo ou da região de acolhida. Contudo, na medida do possível, sejam criadas fontes de trabalho nas próprias regiões de origem.

Nas economias hoje em transição e nas formas novas da sociedade industrial nas quais, por exemplo, se desenvolve a automação, deve-se cuidar para que se ofereça trabalho suficiente e conveniente a cada um, assim como a possibilidade de adequada formação técnica e profissional. Sejam asseguradas a subsistência e a dignidade humana, principalmente daqueles que sofrem maiores dificuldades, por motivo de doença ou de idade.

## II SEÇÃO : ALGUNS PRINCÍPIOS QUE REGEM O CONJUNTO DA VIDA ECONÔMICO-SOCIAL

### **O trabalho, suas condições e o descanso**

67. O trabalho humano que se exerce na produção e comércio de bens ou na prestação de serviços econômicos, é superior aos outros elementos da vida econômica, pois estes são de ordem meramente instrumental.

Este trabalho, com efeito, quer empreendido por conta própria quer contratado por outro, decorre imediatamente da pessoa, assinalando com sua marca as coisas da natureza e submetendo-as à sua vontade. Com o seu trabalho o homem sustenta a própria vida e a dos seus, associa-se aos seus irmãos e os ajuda, pode exercer a caridade fraterna e colaborar no aperfeiçoamento da criação divina. Bem mais ainda. Pelo trabalho oferecido a Deus, nós cremos que o homem se associa à própria obra redentora de Jesus Cristo, que conferiu uma dignidade eminente ao trabalho, quando em Nazaré trabalhou com as próprias mãos. Segue-se daí, para cada um, o dever de trabalhar fielmente e também o direito ao trabalho. Compete porém à sociedade, de sua parte, de acordo com as circunstâncias vigentes, ajudar os cidadãos, para que eles possam encontrar ocasião de trabalho suficiente. Enfim, o trabalho deve ser remunerado de tal modo que se ofereça ao homem a possibilidade de manter dignamente a sua vida e a dos seus, sob o aspecto material, social, cultural e espiritual, considerando-se a tarefa e a produção de cada um, assim como as condições da empresa e o bem comum (143).

Como a atividade econômica se processa ordinariamente pelo trabalho associado dos homens, é iníquo e desumano dispô-la e organizá-la de tal

(143) Cf. LEAO XIII, Enc. Rerum Novarum: AAS 23 (1890-1891), p. 649, p. 662; PIO XI, Enc. Quadragesimo Anno: AAS 23 (1931), pp. 200-201; Id., Enc. Divini Redemptoris: AAS 29 (1937), p. 92. PIO XII, Radiomensagem de Natal, 1942: AAS 35 (1943), p. 20; Id., Alocução de 13-06-1943: AAS 35 (1943), p. 172; Id., Radiomensagem aos operários da Espanha, 11-03-1951: AAS 43 (1951), p. 215; JOÃO XXIII, Enc. Mater et Magistra: AAS 58 (1961), p. 419.

modo que se transforme em dano para qualquer trabalhador. Acontece porém muitas vezes, também em nossos dias, que os que trabalham são de certa maneira escravizados pela própria obra. E isto não se justifica, de modo algum, pelas assim chamadas leis econômicas. Portanto, todo o conjunto do processo de produção deve se adaptar às necessidades da pessoa e às modalidades de sua vida, primeiramente de sua vida doméstica, sobretudo no que diz respeito à mãe de família, levando-se em conta sempre o sexo e a idade. Além disso, seja oferecida aos trabalhadores a possibilidade de desenvolver as próprias qualidades e a sua personalidade, no exercício mesmo do trabalho. Dedicando, com a devida responsabilidade, o tempo e suas forças a esta tarefa, tenham todos contudo também a suficiente tranquilidade e repouso para cuidar da vida familiar, cultural, social e religiosa. Bem mais. Tenham a oportunidade de exercitar livremente as forças e qualidades que talvez pouco possam aperfeiçoar no trabalho profissional.

### **Participação nas empresas, no conjunto da economia e conflitos no trabalho**

68. Nas empresas econômicas associam-se pessoas, isto é, homens livres e responsáveis, criados à imagem de Deus. Por isso, consideradas as tarefas de cada um, proprietários ou empregadores, dirigentes ou operários, e resguardada a necessária unidade de direção do empreendimento, promova-se de maneira a ser devidamente determinada a participação ativa de todos na gestão das empresas (144). Contudo, como muitas vezes se decide, não já na própria empresa, mas em instâncias superiores, sobre as condições sociais e econômicas, das quais depende a sorte futura dos trabalhadores e de seus filhos, participem também nestas deliberações, por si mesmos ou por meio de representantes livremente eleitos.

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana deve-se enumerar o direito dos trabalhadores de fundarem livremente associações que possam representá-los de modo eficiente e contribuir para organizar a vida econômica na ordem reta, assim como o direito de participarem com liberdade nas atividades destas associações, sem perigo de represálias. Com esta participação organizada, juntamente com uma progressiva formação econômico-social, aumentará em todos, de dia para dia, a consciência de sua própria função e responsabilidade, pela qual eles são encaminhados, segundo as suas capacidades e aptidões pessoais, a se sentirem associados em todo o trabalho de desenvolvimento econômico-social e na realização do bem comum universal.

Surgindo conflitos econômico-sociais, empreguem-se os esforços necessários para chegar a uma solução pacífica. Embora se deva recorrer

---

(144) Cf. JOÃO XXIII, Enc. Mater et Magistra: AAS 53 (1961), pp. 408, 424, 427, a palavra "curatione" é tirada do texto latino da Enc. Quadragesimo Anno: AAS 23 (1931), p. 199. Sob o aspecto da evolução da questão cf. também: PIO XII, Alocução de 3-06-1950: AAS 42 (1950), pp. 485-488; PAULO VI, Alocução de 8-06-1964: AAS 56 (1964), pp. 574-579.

sempre em primeiro lugar a um diálogo sincero entre as partes, a greve contudo, mesmo nas circunstâncias atuais, para a defesa dos próprios direitos e a realização das reivindicações justas dos trabalhadores, pode permanecer como recurso necessário, ainda que seja o último. Procurem-se porém, quanto antes, os caminhos da negociação e a retomada do diálogo em vista de um acordo.

### Destinação dos bens terrenos a todos os homens

69. Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade (145). Sejam quais forem as formas de propriedade, adaptadas às legítimas instituições dos povos, segundo circunstâncias diversas e mutáveis, deve-se atender sempre a esta destinação universal dos bens. Por esta razão, usando aqueles bens, o homem que possui legitimamente os bens materiais não os deve ter só como próprios dele, mas também como comuns, no sentido em que eles possam ser úteis não somente a ele mas também aos outros (146). Além disso compete a todos o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias. Assim pensaram os Doutores e Padres da Igreja, ensinando que os homens estão obrigados a socorrer os pobres, e na verdade, não somente com o que lhes é supérfluo (147). Aquêles, porém, que se encontra em necessidade extrema tem o direito de procurar o necessário para si junto às riquezas dos outros (148). Como são tantos os famintos no mundo, o Sagrado Con-

(145) Cf. PIO XI, Enc. *Sertum Laetitiae*: AAS 31 (1939), p. 462; JOÃO XXIII, Alocução consistorial: AAS 52 (1960), pp. 5-11; Id., Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961), p. 411.

(146) Cf. S. TOMÁS, *Summa Theol.* II-II, q. 32, a. 5 a 2; *Ibid.* q. 66, a. 2; cf. explicação em Leão XIII, Enc. *Rerum Novarum*: AAS 23 (1890-91), p. 651; cf. também PIO XII, Alocução de 1-06-1941: AAS 33 (1941), p. 129; Id., Radiomensagem de Natal, 1954: AAS 47 (1955), p. 27.

(147) Cf. S. BASÍLIO, *Hom. in illud Lucae "Destruam horrea mea"*, n. 2 (PG 31,263); LACTANCIO, *Divinarum Institutionum*, lib. V, de iustitia (PL 6,565 B); S. AGOSTINHO, *In Ioann. Ev. tr.* 50, n. 6 (PL 35,1760); Id., *Enarratio in Ps. CXLVII*, 12 (PL 37,192); S. GREGÓRIO M., *Homiliae in Ev.*, hom. 20 (PL 76,1165); Id., *Regulae Pastoralis liber*, pars III, c. 21 (PL 77,87); S. BOAVENTURA, *In III Sent. d.* 33, dub. 1 (ed. Quaracchi III, 728); Id., *In IV Sent. d.* 15, p. II, a. 2, q. 1 (ed. cit. IV, 371 b); q. de supérfluo (ms. Assisi Bibl. comun. 186, ff. 112 a-113 a); S. ALBERTO M., *In III Sent. d.* 33, a. 3, sol. 1 (ed. Borgnet XXVIII, 611); Id., *In IV Sent. d.* 15, a. 16 (ed. cit. XXIX, 494-497). Sobre a determinação do supérfluo em nossos tempos cf. JOÃO XXIII, Mensagem radiotelevisiva de 11-09-1962: AAS 54 (1962), p. 682: "Dever de todo homem, dever premente do cristão é considerar o supérfluo conforme a medida das necessidades alheias, e bem vigiar para que a administração e a distribuição dos bens criados redundem em vantagem de todos".

(148) Vale nesse caso o antigo princípio: "Na extrema necessidade tudo é comum, isto é, deve ser comunicado". Doutro lado, conforme o motivo, a extensão e o modo de aplicar o princípio proposto no texto, além de

cílio insiste com todos, particulares e autoridades, que, lembrados daquela sentença dos Padres: "Alimenta a quem está morrendo de fome, porque, se não o nutriste, mataste-o" (149), segundo as possibilidades de cada um, comuniquem e ofereçam realmente os seus bens, fornecendo auxílio sobretudo aos particulares ou povos, que desta maneira poderão ajudar-se a si mesmos e progredir.

Nas sociedades economicamente menos desenvolvidas não raro a destinação comum dos bens é em parte satisfeita pelos costumes e tradições próprias da comunidade, fornecendo-se deste modo a cada membro os bens absolutamente necessários. Deve-se evitar contudo que certos costumes sejam admitidos como inteiramente inmutáveis, quando não correspondem mais às novas exigências de hoje. Não se deve, por outra parte, agir de modo imprudente contra os costumes honestos que, uma vez devidamente adaptados às circunstâncias atuais, podem prestar valiosos serviços. Paralelamente, nas nações muito desenvolvidas sob o aspecto econômico, uma rede de instituições sociais de garantia e seguros pode realizar, de sua parte, a destinação comum dos bens. Além disso, promovam-se os serviços familiares e sociais, sobretudo os que contribuem para a cultura e a educação. Na realização de tudo isto deve-se tomar cuidado contudo que os cidadãos não caiam em certa passividade em relação à sociedade, irresponsabilidade e recusa de serviço.

### **Inversões de capitais e problemas monetários**

70. As inversões, por sua parte, devem encaminhar-se a conseguir oportunidade de trabalho e renda suficientes para a população tanto atual quanto futura. Todos aqueles que decidem sobre estas inversões e sobre a organização da vida econômica — particulares, grupos ou autoridades públicas — devem lembrar-se destas finalidades e reconhecer sua obrigação grave, por uma parte, de estarem atentos para que sejam providenciados os recursos necessários a uma vida decente, tanto de cada um em particular, quanto da comunidade inteira; por outra parte, de prever o futuro, estabelecendo justo equilíbrio entre as necessidades atuais de consumo, individual e coletivo, e as exigências de inversões de bens para as gerações futuras. Igualmente sempre se tenham em vista as necessidades urgentes das nações ou regiões economicamente menos desenvolvidas. Nas questões monetárias é preciso acautelar-se para que não se prejudique o bem da própria nação e o das outras. Além disso, tomem-se as providências para que os economicamente fracos não sofram dano injusto com a desvalorização monetária.

---

conceituados autores modernos cf. S. TOMAS, *Summa Theol.*, II-II, q. 66, a. 7. Como é evidente, para a reta aplicação do princípio, devem-se observar todas as condições moralmente requeridas.

(149) Cf. GRANTIAL, *Decretum*, C. 21, dist. LXXXVI (ed. Friedberg I, 302). Esse dito já se encontra em PL 54, 591 A (Cf. in *Antonianum* 27 (1952), 349-466).

## Acesso à propriedade e ao domínio particular dos bens. Os latifúndios

71. Como a propriedade e outras formas de domínio particular sobre os bens exteriores contribuem para a afirmação da pessoa, como lhe oferecem, além disso a oportunidade de exercer sua função na sociedade e na economia, é de muito interesse que seja incentivado o acesso, quer dos indivíduos quer das comunidades, a um certo domínio sobre os bens exteriores.

A propriedade particular ou algum domínio sobre os bens exteriores conferem a cada um a extensão absolutamente necessária a autonomia pessoal e familiar e devem ser consideradas como um prolongamento da liberdade humana. Enfim, porque aumentam o estímulo no desempenho do trabalho e das responsabilidades, constituem uma das condições das liberdades civis (150).

As formas de tal domínio ou propriedade hoje são diversas e variam cada dia mais. Tôdas, contudo, permanecem uma causa não desprezível de segurança, ao lado de fundos sociais, de direitos e serviços garantidos pela sociedade. E isto não deve ser afirmado somente das propriedades materiais, mas também dos bens imateriais, como são as habilitações profissionais.

Contudo, o direito de domínio particular não impede o direito das propriedades públicas, que se reveste de várias formas. A transferência porém de bens para propriedade pública não pode ser realizada senão pela autoridade competente, de acordo com as exigências do bem comum e dentro de seus limites, oferecendo-se indenização justa. Além disso, compete à autoridade pública precaver-se para que ninguém abuse da propriedade particular contra o bem comum (151).

A propriedade particular, com efeito, por sua natureza, possui também uma índole social, fundada na lei da destinação dos bens à comunidade inteira (152). Negligenciando esta função social, acontece transformar-se a propriedade, muitas vezes, em ocasião de ambições e desordens graves: assim se oferece aos adversários o pretexto de colocarem em causa o próprio direito de propriedade.

Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem grandes ou também extensíssimas propriedades rurais, pouco cultivadas,

(150) Cf. LEÃO XIII, Enc. *Rerum Novarum*: AAS 23 (1890-91), pp. 643-646; PIO XI, Enc. *Quadragesimo Anno*: AAS 23 (1931), p. 191; PIO XII, Mensagem radiofônica de 1-06-1941: AAS 33 (1941), p. 199; Id., Radiomensagem de Natal, 1942: AAS 35 (1943), p. 17; Id., Radiomensagem de 1-09-1944: AAS 36 (1944), p. 253; JOÃO XXIII, Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961), pp. 428-429.

(151) Cf. PIO XI, Enc. *Quadragesimo Anno*: AAS 23 (1931), p. 214; JOÃO XXIII, Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961), p. 429.

(152) Cf. PIO XII, Radiomensagem, Pent. 1941: AAS 44 (1941), p. 199; JOÃO XXIII, Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961), p. 430.

ou sem cultura alguma, à espera de valorização, enquanto a maior parte do povo não tem terra ou dispõe somente de parcelas mínimas, e, por outra parte, o desenvolvimento da produção nos campos se apresenta de urgência evidente. Não raro, os que são contratados pelos donos para o trabalho, ou que cultivam uma parte a título de locação, recebem somente um salário ou produção indignos do homem, são privados de habitação decente e são explorados pelos intermediários. Sem segurança alguma, vivem debaixo de tal servidão pessoal, que lhes é tirada quase toda a possibilidade de iniciativa e responsabilidade, sendo-lhes proibida qualquer promoção cultural humana e participação na vida social e política. Portanto, em vários casos, as reformas são necessárias para o crescimento das remunerações, o melhoramento das condições de trabalho, o aumento de segurança no emprêgo, o incentivo à iniciativa de trabalho e, também, a distribuição das terras insuficientemente cultivadas com aqueles que consigam torná-las mais produtivas. Em tal caso, devem ser fornecidos os recursos e meios necessários, sobretudo os subsídios de educação e as possibilidades de uma justa organização de cooperativas. Todas as vezes que o bem comum exigir uma expropriação, deve ser estipulada a indenização de acôrdo com a equidade, levando-se em conta todas as circunstâncias.

### **A atividade econômico-social e o Reino de Cristo**

72. Os cristãos que participam ativamente no atual desenvolvimento econômico-social e lutam pela justiça e caridade, estejam convencidos de que podem contribuir muito para o bem-estar da humanidade e a paz do mundo. Nestas atividades, individual ou coletivamente, brilhem pelo exemplo. Tendo adquirido a competência e a experiência absolutamente indispensáveis no meio das atividades terrestres, observem a jerarquia dos valores, fiéis a Cristo e ao Evangelho, de tal modo que toda a sua vida, individual e social, seja impregnada do espírito das Bem-aventuranças, destacando-se a pobreza.

Todo aquele que, obedecendo a Cristo, procura em primeiro lugar o Reino de Deus, encontrará, em consequência, um amor mais forte e mais puro para ajudar todos os seus irmãos e realizar a obra da justiça inspirada pela caridade (153).

*(Conclui no próximo número)*

---

(153) Para o reto uso dos bens conforme a doutrina do Novo Testamento, cf. **Lc** 3,11; 10,30 ss.; 11,41; **I Pe** 5,3; **Mc** 8,36; 12,39-44; **Tg** 5,1-6; **I Tim** 6,8; **Ef** 4,28; **II Cor** 8,13; **I Jo** 3,17 ss.

## Para Suscitar a Colaboração em um Instituto Religioso

PADRE FREDERICO SACKETT, O.M.I.

Em recente estudo que obteve muito boa acolhida, propôs o sociólogo Padre Emilio Pin, S.J., algumas mudanças importantes nas estruturas das sociedades religiosas, se estas quiserem adaptar-se às condições modernas.

A primeira mudança se refere aos que estão constituídos em autoridade. Além dos homens prudentes que têm como conselheiros, devem também ter a facilidade de constituir grupos de especialistas que se complementam mutuamente, a fim de que lhes forneçam as bases para tomar uma decisão. Uma consulta coletiva e concomitante deveria substituir a consulta individual e sucessiva. Todo chefe deve dispor em seu governo de diversos serviços. É claro que isto representa uma limitação ao exercício arbitrário da autoridade; por outra, ele não poderia governar só. É a única maneira para que aquele que está constituído em autoridade possa chegar, no exercício de seu governo, a tomar decisões claras e precisas.

O poder pode ser mesmo assim monárquico no sentido político da palavra; mas no sentido técnico já assim não acontece. O príncipe ainda decide, mas apoiado por vários conselheiros. Se o soberano, o chefe, o superior religioso assim não procede, corre o risco de chegar a ser menos competente que qualquer de seus súditos tomado separadamente; cada um destes, em seu campo próprio de especialização, está mais bem informado do que ele.

Segunda mudança: a tarefa dos organismos centrais (Estado e Igreja) hoje consiste em regular as atribuições de homens e de recursos entre as diversas comunidades. E a estratégia está em fazer uma boa distribuição. Uma vez tido em conta este aspecto, facilmente se pode deixar ao bom critério de cada grupo local a responsabilidade de decidir o que há a fazer.

Em nossa sociedade, que é especializada e inclinada a trabalhar em grupo, grande parte dos problemas tem a dimensão do mundo, do continente ou ao menos do país. Existe atualmente uma interdependência generalizada

que frustra toda ação isolada no plano das comunidades locais. E isso gera numerosas conseqüências:

— Os organismos que têm como campo de ação o mundo, o continente ou o país são muito mais importantes, ainda que se trate das comunidades locais, do que os organismos do próprio lugar.

— Para evitar o duplo perigo do autoritarismo centralizador e da ineficácia local, devem as decisões ser tomadas sobre uma base *colegial*, isto é, tomá-las em comum por todos os que governam a comunidade. (No fim de contas, pouco importa a maneira como isso seja feito: se por voto deliberativo, se por decisão de uma pessoa depois da elaboração comum de soluções possíveis).

### Forma de governo

Não há que pôr em dúvida o caráter monárquico do poder executivo na maioria dos institutos religiosos, atenuado como está esse caráter por elementos democráticos; bom número de superiores, a começar pelos superiores gerais, são eleitos desta maneira. O problema pôsto aqui consiste: como é exercido este poder? Deve ser exercido por meio de organismos de consulta e de preparação de soluções, ou deveria continuar sendo exercido, como na maioria dos casos, só pelo superior?

Podemos responder que geralmente os superiores têm seus conselheiros. É certo, mas estes não estão realmente comprometidos em encontrar junto com o superior as soluções para os problemas. São consultados indistintamente sobre tal ou tal problema; a consulta é freqüentemente individual, ainda que se faça em grupo, porquanto cada um é convidado a dar sua opinião, mas sem suscitar uma discussão entre os conselheiros.

O que parece necessário criar — em todos os níveis do governo religioso — são verdadeiros órgãos de governo, comitês, comissões ou ministérios, em que cada um se ocupe de determinado problema e esteja encarregado de *recolher toda a informação necessária acerca desse problema e de propor ao superior as soluções possíveis*. Estes comitês deveriam estar compostos de pessoas verdadeiramente competentes, que hajam adquirido ou renovado recentemente sua informação sobre os problemas que é preciso estudar.

Não se trata simplesmente de consultar os inferiores, como se faz comumente, mas que estes tenham verdadeira participação na busca de soluções. Tal participação não priva o superior de sua responsabilidade, pelo contrário permite-lhe exercê-la com pleno conhecimento do problema em questão. Alguns institutos religiosos estão já orientados neste sentido.

### Decreto "Perfectae Caritatis"

O Decreto conciliar sobre a adaptação da vida religiosa a nossos tempos modernos não nos trouxe muitas considerações a respeito da estrutura do governo dos institutos religiosos, mas o que ali se diz sobre o assunto é

sumamente importante. No número 14 do Decreto, podem as novas orientações resumir-se em quatro curtos enunciados:

1. Que os que estão constituídos em autoridade governem seus súditos como filhos de Deus, respeitando a pessoa humana deles e agindo com tal prudência que favoreçam sua livre submissão.

2. Que se permita aos membros da comunidade cooperar, por uma obediência ativa e responsável, nos trabalhos que é preciso realizar e nas obras a ser empreendidas.

3. Que os superiores escutem portanto, com agrado, seus súditos e promovam realmente sua cooperação para estabelecer seus planos de ação (*conspirationem*), para o bem do instituto e da Igreja, conservando intato seu dever de decidir e de mandar.

4. Que os capítulos e conselhos cumpram fielmente o papel que desempenham no govêrno e solicitem, cada um em seu domínio próprio, a participação e *preocupação de todos os membros* pelo bem da comunidade inteira.

Parece que todos êstes fins haverão de ser convenientemente alcançados favorecendo uma mais ampla consideração dos ministérios, orientações e decisões que é preciso tomar em todos os níveis. Quando os membros de um instituto forem considerados como conselheiros de govêrno, então se manifestará:

— respeito por sua pessoa humana, ao serem tratados como adultos responsáveis;

— mais aptos para comprometer sua livre submissão, em semelhantes circunstâncias, ao ficarem êles ao par de tôdas as dificuldades, diferenças de opinião, argumentos pró e contra;

— mais capacitadas se tornarem as pessoas para tomar parte ativa e responsável na prossecução dos resultados, quando elas se sentem responsáveis pelas decisões, tanto individualmente como em grupo.

A cooperação responsável dos capítulos e dos conselhos é realmente bem compreendida e bem estabelecida na lei e na experiência. Mas, como estabelecer êstes meios para a discussão e a participação no govêrno, conservando intata a autoridade dos superiores que hão de decidir e ordenar? Eis aqui o problema a esclarecer.

### **Cinco etapas na administração**

Em qualquer sistema de boa administração, tanto no campo dos negócios do govêrno, das associações livres como no das congregações religiosas, há cinco pontos básicos a ter em conta:

1. Os *fatos*: assegurar-se de sua exata situação.

2. As *opções*: quais são as diversas possibilidades que se apresentam, atendendo-se aos fatos, os meios e fins do grupo, tempo disponível etc.; quais as vantagens e desvantagens de cada opção (custo, fator tempo, mão-de-obra disponível etc.). Podem ainda fazer-se considerações do

ponto de vista filosófico: que fins são possíveis, que meios são válidos ou necessários para alcançar estes fins.

3. *As decisões*: na vida religiosa, a última decisão e as ordens devem ser sempre prerrogativa dos superiores, que geralmente agem de acordo com seu conselho e com o do capítulo geral.

4. *A execução*: ela se obtém mais eficazmente quando o grupo participa na decisão; cada um está então psicológica e mentalmente preparado para aplicar toda a sua energia, como indivíduo e como grupo, para pôr em execução o projeto.

5. *Revisão*: deveria ser feita periodicamente uma revisão sistemática dos progressos realizados. No passado, era essa tarefa muitas vezes deixada aos superiores ou aos visitadores; hoje, é evidente que pode também ser realizada com muito proveito pelo próprio grupo da mesma maneira que os *self studies* feitos em alguns países pelos institutos de educação, com vistas a seu aperfeiçoamento e progresso. Este estudo pessoal deveria ao menos preceder as visitas (que são um serviço, mas serviço útil e eficaz só quando os beneficiados estão conscientes de sua necessidade e dele se querem servir, e ainda procurá-lo, para seu progresso).

## Proposições das novas constituições

As novas constituições propõem sejam instituídos: conselhos extraordinários, conferências de provinciais, conferências de especialistas, bem como secretariados, para estudar diferentes problemas.

Aos secretariados e às conferências de provinciais ou de especialistas não competirá tomar decisões. Os especialistas (quer dentro de suas conferências, quer trabalhando com o secretariado permanente) têm papel muito importante nas investigações. A vida moderna é muito complexa, movimentada e sujeita a mutações, e não é tão fácil verificar os fatos. São necessários para tanto alguns especialistas experimentados para que se informem dos fatos e, o que é mais importante, para interpretar os fatos comprovados, julgar os dados e assim prever, com precisão bem fundamentada, o estado provável da questão, daí a 10, 15 ou 20 anos. E sobretudo, os planos não são elaborados para o presente — este, melhor ou pior, já foi precisado — mas sim para o futuro imediato ou mais distante.

As conferências de provinciais e os conselhos extraordinários foram estabelecidos para orientação e vigilância. Trabalhando em harmonia, perfeita com os especialistas, terão que pesar as opções e propor as soluções àqueles que estão investidos em autoridade. Não gozarão de autoridade jurídica; seu verdadeiro valor consiste em sua influência moral mormente quando suas conclusões são unânimes.

São as seguintes as novas estruturas que foram propostas para a congregação:

## Administração geral

1. *Conselhos extraordinários.* Membros: representantes eleitos que procedem das diferentes conferências interprovinciais; eleição alternativa; um encontro mais ou menos por ano com a administração geral.

2. *Secretariado-geral.* Membros: um secretariado permanente eleito para um período de três anos pelo superior geral, com prévia recomendação da conferência geral de especialistas (quando esta tiver sido efetivamente constituída). Além disso, pessoal restringido segundo as necessidades, aproximadamente três ou quatro elementos, por exemplo para: 1) formação e estudos; 2) vocações; 3) missões, segundo o *Ad Gentes*; 4) ministério pastoral; 5) informação e relações exteriores; 6) finanças.

3. *Conferência geral de especialistas.* Membros: representantes eleitos provenientes das conferências regionais de especialistas; eleitos pelos provinciais das regiões representadas na conferência. As reuniões far-se-ão uma vez por ano; os trabalhos realizados pelos grupos regionais serão postos em confronto e considerados os aspectos internacionais do problema que lhes diz respeito.

## Nível regional

1. *Conferência interprovincial:* une todos os provinciais de uma região. Reuniões: no mínimo, uma vez por ano.

2. *Conferência regional de especialistas:* para os assuntos acima precisados. Membros: quatro ou cinco, segundo as necessidades, designados pelos respectivos provinciais, ou ao menos autorizados para participar nas reuniões e tomar parte na discussão e nas investigações. Reuniões: periodicamente, conforme parecer necessário.

## Nível provincial

1. *Conselho provincial extraordinário.* Membros: a administração provincial e ainda outros representantes das casas, de diversos ministérios e das conferências provinciais, de maneira que se possa assegurar uma representação geral da província. Reuniões: uma vez por ano, para discutir os principais problemas que se referem à província.

2. *Congresso provincial.* Membros: grupo tão representativo quanto possível, segundo as circunstâncias. Reuniões: de tempos a tempos, especialmente para preparar um capítulo geral, para aplicar as conclusões dêste, para a preparação da visita, etc.

3. *Conferências provinciais de especialistas:* eleição particular, por exemplo de educadores, de pregadores e diretores de retiros, dos padres do ministério paroquial, de oficiais de relações exteriores, etc. Reunião separada para cada grupo, a fim de discutir periodicamente, em nível provincial, os problemas que lhes incumbem.

## Novas Perspectivas Para o Pastoral Dos Enfermos no Brasil

IRMÃ M. VIOLETA PADIN, O.P.

Ao transpormos o limiar deste "mundo dos enfermos", precisamos levar em conta que nos defrontamos com homens em uma situação marcada pelo que mais repugna a todo homem : sua limitação, sua corruptibilidade, marcada por atitudes de defesa, tais como o antropocentrismo, a busca de secularização, a busca da solução para sua angústia de culpabilidade (três em cada dez doentes têm complexo de culpabilidade, associando doença a punição devida a antigos pecados).

Eis alguns pontos que delineiam o perfil de uma psicologia própria do enfermo e uma maneira própria de assumir seu encontro com Deus. Olvidá-la seria condenar nossa ação ao fracasso. Procuramos fazer um levantamento das necessidades de nosso País, no setor da assistência à saúde, tentando ao mesmo tempo dosar as eficiências e carências da presença da Igreja nesse mesmo setor.

### **SITUAÇÃO DA PASTORAL DOS ENFERMOS NO BRASIL**

Tivemos a oportunidade de constatar esta realidade a partir do Curso de Pastoral dos Enfermos que o Instituto Superior de Pastoral Catequética, do Rio de Janeiro, promoveu, o ano passado, para alunas e enfermeiras interessadas, na Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, examinando as estatísticas fornecidas pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais e pelo IBGE e realizando inquéritos com as alunas desse Curso.

## Distribuição dos profissionais de saúde no Brasil

Região Norte .....	:	mais de 50% dos municípios sem assistência médico-social
Região Nordeste ....	:	mais de 40% dos municípios sem assistência médico-social
Região Centro-Oeste :	:	mais de 30% dos municípios sem assistência médico-social
Região Leste .....	:	mais de 20% dos municípios sem assistência médico-social
Região Sul .....	:	menos de 10% dos municípios sem assistência médico-social

## Presença da Igreja no campo da saúde

Total de leitos no País .....	:	232 905
Total de doentes por ano .....	:	7 000 000 (quase 1/10 da população)
Total de leitos assistidos por religiosas :	:	127 000
Total de religiosas nesse setor .....	:	14 071
Total de religiosas diplomadas em enf. :	:	547 enfermeiras
		1 500 auxiliares
Total das escolas de enfermagem ... :	:	38, sendo 20 mantidas por religiosas
Total de cursos técnicos .....	:	3, sendo todos mantidos por religiosas
Total de escolas auxiliares enf. .... :	:	72, sendo 42 mantidas por religiosas
Total de vagas nas esc. enfermagem :	:	782, com uma procura anual de 317.

## Eficácia evangelizadora dos hospitais mantidos por religiosas

Baseamo-nos em 139 inquéritos efetuados pelas alunas do Curso de Pastoral dos Enfermos em cerca de 19 hospitais da Guanabara e em questionários enviados a hospitais de diversos estados do País.

### 1. Capelães

No grupo dos capelães os inquéritos revelaram que sua ação evangelizadora fica bloqueada pelo fator idade ou saúde, pouco tempo disponível, pela incapacidade de compreender os problemas dessa especialidade hospitalar, pela ausência de planejamento de sua pastoral. Quanto à tarefa de evangelização propriamente, só o doente é atingido (um dos capelães procurava manter também um curso de religião para as enfermeiras); e o doente, esclareça-se, é atingido precocemente pela ação litúrgica, sem o trabalho catequético de base.

### 2. Religiosas

Neste grupo os inquéritos revelam os conflitos e as ineficiências advindas do despreparo profissional ou da desproporção de tarefa, número de pacientes e tempo disponível. Sua ação religiosa fica bloqueada também atingindo só os doentes, fornecendo-lhes conteúdo catequético defeituoso (nocional, normativo, piedoso). Envidando esforços para melhorar as condições de humanização das estruturas que atingem o doente, ficam elas mesmas à margem desse processo básico de melhoria, no que muito se ressentem sua saúde e equilíbrio físico-mental. Alguns aspectos apenas :

falha no rodízio de folgas, falta de tempo de recuperação de seus plantões e de tempo de férias, ausência de ambiente residencial fora do local de trabalho, sobrecarga imposta por contratos exploradores ou cujas cláusulas paralisam sua ação humanizadora, impondo a prioridade à ciência, às necessidades e atendimento do próprio homem doente. (todos assistimos, penalizados, ao fato de o direito à saúde ser acessível somente a um terço dos brasileiros; lugares há em que os *casos*, e não os homens, é que têm direito ao tratamento e à hospitalização).

### 3. *Enfermeiras*

Entre as enfermeiras não religiosas ressentem-se igualmente a falta de promoção do seu próprio bem-estar para se recuperar em suas curtas horas de lazer, bem como a falta de promoção social no círculo médico ou mesmo social. Observando a estatística das vagas nas escolas de enfermagem, podemos deduzir o desprestígio de que sofre a profissão. Encontramos como responsáveis por tal o fator econômico (baixa remuneração); o fator seleção profissional (a profissão tem fama de ser exercida por pessoas de baixo nível moral); o fator indiscriminação de tarefas (dada a falta de pessoal, acontece que atendentes, auxiliares e enfermeiras realizem as mesmas tarefas, assumam as mesmas responsabilidades, estendendo-se a fama da ineficiência de umas para outras).

Quanto à evangelização, é flagrante a ausência de cultura religiosa e apostólica em suas escolas, não se achando elas em condições de transmitir o que não receberam.

### 4. *Doentes*

Constatamos neste grupo a diferença psicológica dos sexos face à doença e à ação religiosa recebida. Entre as mulheres, a doença é recebida como provação, purificação, castigo; entre os homens, como parada para reflexão, busca de uma imitação de Cristo. Face à ação religiosa, as mulheres não notam tanto mudança de suas atitudes religiosas e hábitos devocionais; entre os homens nota-se mais freqüentemente a mudança, a adesão aos sacramentos, por motivos secundários inclusive. Por outro lado, entre as mulheres nota-se serem elas mais facilmente despertadas para o outro, para a continuidade do refervoramento encontrado, enquanto que entre os homens a preocupação do após-alta está polarizada para os negócios, o trabalho, a reorganização da vida familiar.

Para ambos a ação religiosa, a imersão no hospital religioso trouxe uma "lembrança da infância", uma situação mais *securizante*, dependente. Nenhum dos grupos apontou mudança de mentalidade, adesão a Alguém.

## 5. Conclusão dos inquéritos

Constatamos no conjunto uma inconsciência do problema ou ineficiência das medidas tomadas para solucionar o problema da humanização hospitalar que carece muito mais de um espírito novo do que de novos equipamentos e novas técnicas, embora também estas sejam necessárias. Insuficiência profissional por despreparo profissional das religiosas ou por desproporção numérica das leigas. Ineficiência evangelizadora por falta de disponibilidade, falta de conteúdo sólido a transmitir, falta de atualização, falta de entrosamento entre capelães, religiosas e equipe profissional.

Nossas instituições, em suma, não encerram todos aqueles requisitos que fariam delas o sinal evidente da dinâmica pascal de Cristo entre os enfermos :

— Como poderíamos recuperar o sinal messiânico da vitória de Cristo sobre a doença, recuperando o direito de todo doente a ser tratado ? e a ser tratado eficientemente ?

— Como promover seletas vocações de enfermagem, assistente social, médicos ? Como seria recebida uma inspeção periódica promovida pela CRB no sentido de ajudar as instituições hospitalares a vencerem, etapa por etapa, um planejamento em que fôsse prevista a suplência das falhas de humanização, formação profissional, evangelização ?

— Como obter que as novas fundações hospitalares se distribuam em zonas prioritárias da Igreja ?

— Como alargar nosso trabalho hospitalar no sentido do progresso da medicina preventiva e da medicina social, encarando o homem como um todo (êle e seu meio social) ?

— Como fazer enfim, do hospital, um lugar de encontro com Deus, percebendo sua presença através da equipe hospitalar e das estruturas, compreendendo estar diante de um Deus engajado em sua vida, que suscita seu engajamento pessoal na história do povo dos salvos ?

## RENOVAÇÃO DA PASTORAL DOS ENFERMOS

### Dimensão antropológica

O homem de hoje está polarizado pelo homem, pela sua eficiência, pelo progresso vertiginoso, no qual amarrou sua existência. Personalismo, existencialismo, são as notas dominantes da filosofia atual.

Um homem, para quem tôdas as estruturas concorrem para que atualizem seu "dossier-homem", mas que de nenhuma delas recebe a oportunidade de retirar o "dossier-Deus" do arquivo morto e passá-lo à rotina de seu dia.

Homem de hoje des-sacralizado, que desmistificou as forças ocultas e que não assimila a linguagem do mistério, do dogma. Homem emancipado, que prima pelo desejo de autodeterminação, que não entende o absurdo de um predeterminismo, de submissão cega, de inserção em uma religião por mero atavismo, sem opção pessoal (cf. Pe. Liegé, *Évangélisation*).

Homem de hoje, aventureiro, criador, que compete com Deus no domínio das forças e do universo, que quer encontrar-se com Deus pelo que tem de mais digno e não aceita que a religião se aproveite de sua situação de miséria, de fraqueza, como não aceita o protecionismo que ela lhe oferece para obter sua adesão (esta não seria senão transitória).

Homem de hoje, que rompeu tôdas as fronteiras em busca de comunicação com seus semelhantes : rádio, televisão, imprensa, organismos internacionais, põem os homens uns defronte dos outros lutando pela paz universal.

Esse homem não pode assistir, sem escândalo, ao contratestemunho da desarmonia entre os discípulos daquele Mestre que pediu : "Permaneçei no meu amor... (Jo 15,9) "Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em Ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que Tu me enviaste" (Jo 17,21). "Se não formos um, o mundo não pode crer em Cristo : a união entre nós, o modelo da Trindade, é o sinal da presença de Cristo no mundo" (Pe. MAIUS, *Curso de Renovação*).

Este será um sinal da sobrevivência da Igreja, pelas testemunhas de Cristo ressuscitado. E para a mentalidade do homem contemporâneo precisamos falar através de sinais inteligíveis, indicadores dêsse grande acontecimento, dessa Boa-Nova : Cristo ressuscitado.

Outro sinal seria o da Encarnação, que se continua através dos membros do Corpo Místico, encarnados, engajados em sua pele, falando sua linguagem, ocupando-se de sua vida e de sua saúde : o maior bem desta vida.

Sinal da vitória do reino messiânico, pela cristianização das estruturas, pela promoção social do homem, pela eficiência do tratamento que vence a doença como Cristo venceu a própria morte (pela técnica da reanimação) e acolhe o homem todo (de quanto progresso precisamos !).

Sinal da Aliança com um Deus que é fiel a suas promessas e que aceita o homem como êle é, mas ao mesmo tempo descobre nêle o que há de mais digno, mais consciente, mais responsável, para engajá-lo nessa conversão.

### **Psicologia do enfermo**

Nessa multidão de homens contemporâneos, vamos procurar aqueles que estão enfermos e examinar alguns aspectos psicológicos dessa situação. O doente, em geral, é um frustrado, e, se hospitalizado, é duplamente

te frustrado. Ficam prejudicadas suas necessidades biológicas (saúde), sociais (relacionamento), e o doente cai no anonimato dos números de registro, dos *casos*, do grupo desconhecido, do mecanismo da rotina, sendo empurrado para realizar exames e tomar medicamentos, dos quais desconhece a finalidade e a eficiência. Fica frustrado em sua necessidade de auto-realização: tôdas as iniciativas pessoais são canceladas, sua vida profissional cortada. Muitas vêzes, o esforço para obter a cura não é proporcional ao êxito obtido (a cura tarda a se efetuar). Uma carga de superproteção virá muitas vêzes aumentar esta sensação de minoridade em que se encontra.

### 1. *Diante da doença*

Como reagirá o paciente à frustração, à tensão emocional, diante do desconhecido que não lhe é explicado? Dependendo da predominância dêste ou daquele de seus atributos psicológicos, êle poderá reagir pela agressividade ou pela regressão. O doente que se sente privado dos elementos habituais de equilíbrio interior tende a tornar-se agressivo, seja por uma atitude de crítica, reivindicação, hostilidade, desprezo a tôdas as normas, etc.

A regressão vai se exprimir por uma conduta egoísta: o doente exige uma atenção e solicitude afetuosa, faz-se o centro do mundo, julga-se com o direito de desacomodar os outros para seu maior bem-estar, não atende ao direito dos que o cercam. Outros há que reforçam nesse condicionamento uma situação primitiva de incapacidade de incorporar afeição e que manifestavam pela rejeição sucessiva de tôdas as amizades, fabricando-se uma personalidade de abandonado, digna de compaixão. Na situação — na doença — êste motivo íntimo vem à tona e encontra nas hospitalizações sucessivas um modo de concretizar êsse sentimento de desenraizamento, satisfazendo-se dessa forma. A descoberta dos motivos íntimos, face à doença, parece-nos de capital importância para a compreensão do doente.

O doente marcado pela tendência profunda de distinguir-se dos outros bem como aquêle outro incapaz de sustentar sua família (por incapacidade profissional ou de organização de trabalho) encontram na doença uma tábua de salvação: o instrumento de auto-realização ou pelo menos de desculpa de sua "não realização". Falar-lhes em resignação é justamente o que mais os justifica nessa situação e na satisfação de seus motivos íntimos.

### 2. *Diante de Deus*

Para outros, trata-se de desmascarar uma atitude pseudocristã:

"Devo ter ofendido a Deus... por isso estou doente" — Corresponde à imagem de um Deus vingativo, que nos pune com a doença. A ali-

tude será então queimar velas, fazer sacrifícios, peregrinações, para aplacar o Deus vingativo. Entretanto, a atitude deveria ser de contrição, se é que nos reconhecemos realmente culpados, estivéssemos ou não doentes.

“Estava escrito... minha hora tinha chegado” — Corresponde a uma imagem fatalista de suas relações com Deus. Sua atitude será então passiva, diante da insegurança e da ineficiência, a seu ver, dos meios de cura. Atitude passiva não é atitude resignada, mais próxima da atitude correta. Tal atitude enterra os talentos da iniciativa, da colaboração com Deus descobrindo os meios adequados da vitória sobre o mal, por uma terapêutica atualizada. Fazer a vontade de Deus é procurar vê-la não só estáticamente, mas em seu dinamismo eterno: antes, agora e depois da doença, ela faz parte do edifício que estou construindo com minha vida.

“Deus não me atinge” — Atitude do estóico, ou do ateu. Atitude indiferente, sem revolta nem senso de culpabilidade. Atitude também daqueles que descentram sua história de uma teonomia, porque elegeram para eixo de sua vida sua própria autonomia. Entretanto, nem Cristo quis sofrer como herói. Sofreu como um homem sofre por amor a seu Pai, rendendo-lhe glória, oferecendo-lhe livremente sua dor e sua morte: “Minha vida ninguém me tira, mas eu a dou”.

“Sofro, e assim imito a Cristo e obtenho méritos para o céu” — Mentalidade que introduz a doença na economia da salvação, pela reparação que representa o dom de si, a renúncia de que ela é ocasião. Entretanto, é uma mentalidade que frisa o desagradável em vez de abrir as portas ao original: o Filho do Homem ressuscitado. Ainda querendo sofrer como Cristo sofreu, um cristão não pode deixar de se apegar às amarras da Ressurreição, à saúde.

“Hoje, minha queixa é uma revolta; sua mão pesa sobre meus suspiros. Ah, se pudesse encontrá-lo e chegar até seu trono! Exporia diante dele minha causa e encheria minha boca de argumento... responda-me o Todo-Poderoso!” — Nas atitudes anteriores o homem situava-se mergulhado em sua própria doença, sem esperança, ou até com revolta. Nesta última atitude, aparentemente de revolta, temos uma atitude de diálogo, em que o doente conserva toda sua capacidade de acolhimento à vontade de Deus: “Para que esta doença? que queres de mim com ela?” Em vez da pergunta do revoltado: “Por que esta doença?” — Induzi-lo a esta atitude é um trabalho que não se faz sem conhecer o tipo e a reação psicológica própria do doente. Só assim poderemos sintonizar com nosso doente e tornar-lhe inteligível seu encontro com o Senhor.

## Dimensão metodológica

### 1. *A pedagogia divina*

“Desde a origem o homem é convidado ao diálogo com Deus. Muitos de nossos contemporâneos não percebem de modo algum esta união in-

tima e vital com Deus ou explicitamente a respeitam. Contudo, Deus quis deixar ao homem o poder de decidir para que assim procure espontaneamente o seu Criador e adira livremente a Ele, e chegue à perfeição plena e feliz" (*Gaudium et Spes*, 17). "A dignidade do homem exige que possa agir conforme uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de coação externa" (*ibid.*, 19,1).

Fôsse essa coação a carga afetiva de um ambiente religioso, do qual a religião invadissem quase por osmose o doente (de tal forma estivesse aparelhado o ambiente para assaltar o indivíduo com todos os meios audiovisuais possíveis e imagináveis!), não seria de maneira alguma a pedagogia adotada e querida por Deus...

Quando consideramos os novos rumos da catequese, percebemos a ênfase dada à renovação bíblica. Entretanto, não entendemos por catequese bíblica aquela que transmite o conteúdo bíblico, se bem que com oportunidade devamos fazê-lo. O essencial do processo bíblico é usar a pedagogia bíblica, o modo como Deus se revela na Bíblia. Esse modo foi engajar-se com o homem através de pessoas, de acontecimentos, fatos decisivos para a história do homem e para a sua salvação, o que o leva a uma tomada de posição, o que o leva a engajar-se também com Deus.

Deus se engaja permanecendo fiel a suas promessas, atualizadas na ação sacramental e salvífica de sua Igreja. Mas Deus se engaja também de maneira muito atual através dos instrumentos que catequizam o homem e que se fazem seus intérpretes. Preciso é pois que o catequista esteja bem consciente do papel que representa. O doente, por sua vez, para engajar-se, precisa dar dois passos:

— assumir a doença como instrumento de seu acabamento pessoal saindo de qualquer outra atitude falsa ou pseudocristã, pois só esta o colocará em condições de prosseguir no dinamismo pascal de Cristo, que assumiu nossa condição humana e até à morte, para restaurá-la em toda sua plenitude;

— libertar-se da morte (que é o que de mais perto o toca) e do pecado, buscando a salvação. Segue-se assim a busca do Salvador, da Pessoa que o salva, pois que o ama e deu sua vida para salvá-lo. Este passo lhe impõe uma tomada de posição toda nova — pró ou contra Cristo. Sua opção livre na fé nesse Cristo que o salva, marca a sua conversão; sua adesão por amor a Cristo em sua Igreja sela a sua Aliança; a celebração dessa Aliança no sacramento integrador ou reintegrador no povo dos salvos assinala a ação salvífica e santificadora que recebe.

## 2. O processo da co-educação da fé

Quais os agentes dessa catequese, dessa educação da fé a partir de situações concretas, não tendo outro plano que o dos desígnios da Providência, nem outro roteiro que o das relações de Deus com suas criaturas?

Deus quer falar-lhe, e para isso empresta tôdas as bôcas que se aproximam do enfêrmo. Todos os membros da equipe hospitalar precisam transformar-se em "vitrinas de Deus", manifestando-o pelo testemunho de suas vidas, o Deus Amor, o Deus Pai, o Deus presente, compreensivo, o Deus Verdade, Justiça, o Deus da Paz, o Deus que salva. Na realidade deve haver uma co-educação da fé entre os elementos que cercam o doente: médicos, enfermeiras, funcionários, religiosas, capelães. Todo o Povo de Deus foi chamado a salvar-se em comunidade: "Sôbre todos enviou o Espírito Santo para interiormente os mover a amarem a Deus de todo coração, de tôda sua alma, de tôda sua mente e de tôda sua fôrça, e para que se amassem mütuamente como Cristo os amou" (*Lumen Gentium*, 40).

Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando em oração, ofereçam-se como hóstia viva, santa, agradável a Deus. Por tôda parte dêem testemunho de Cristo. Incorporados à Igreja pelo batismo, são obrigados a professar diante dos homens a fé que receberam de Deus, pela Igreja (cf. *Lumen Gentium*, 10 e 11). Tôda a família hospitalar pois cresce, junto, na fé e edifica a Igreja.

## Princípios que norteiam a nova dimensão pastoral

### 1. Teocêntrico

Êste princípio, pelo qual tôda ação eclesial procede de Deus e para Deus deve convergir, nasceu de uma reação contra o antropocentrismo e o racionalismo pastoral de então. Na realidade a iniciativa de tôda ação eclesial pertence a Deus e se atualiza pela ação de Cristo, do seu Corpo Místico. Condena pois todo utilitarismo dos artifícios pedagógicos de uma catequese que se confunde com terapia musical, em que a Palavra passa "drageada".

Por êste princípio daremos prioridade à iniciativa divina, aos objetivos da busca do reino em primeiro lugar. Mas também isto não significa a rejeição de todo humanismo, de todo trabalho promocional necessário, para oferecer condições ao homem de encontrar-se com Deus. Tampouco não significa tolher ao homem tôda iniciativa livre e pessoal dêsse encontro.

### 2. Encarnação

Êste princípio ensina justamente que não há unilateralidade no princípio anterior: não há unilateralidade no dom; Deus e o homem se dão mütuamente. O que se realizou na pessoa de Cristo, do Homem-Deus, quer Deus realizá-lo na pessoa de cada homem que se salva. Deus nada faz sem a colaboração livre e responsável do homem.

Ê um princípio que norteia todo o esforço de humanização dos hospitais. A humanização do hospital será uma linguagem pela qual com-

preenderá o doente que o reino messiânico se estabeleceu nesta terra. "Ide dizer a João... os doentes são curados, os cegos vêem, os mortos ressuscitam (reanimação), os pobres são evangelizados..." (a Igreja dos pobres renasce).

Aprendamos da ação de Cristo: não foi tanto pelas obras, pelos prodígios em si mesmos que êle nos salvou, mas pela intenção e intensidade de seu amor, do compromisso total de sua pessoa com a humanidade. Dêste fato segue-se uma lei básica da ação eclesial:

### 3. *O respeito das etapas*

Não queimar as etapas. "O ritmo pelo qual o doente caminha livre em direção a Cristo e rumo à adesão comunitária da graça de Cristo deve ser inteiramente respeitado". Mas, segui-lo passo a passo, subindo com êle do nível de vida catecumenal ao nível de vida batismal, ao nível de vida sacrificial, atingindo finalmente uma vida de dimensão eclesial e escatológica.

Não entendemos por tais níveis porém simplesmente o ensino do catecismo para a recepção do batismo e da primeira comunhão. Cada um desses níveis, muito mais que isso, implica um "estado de vida", em que se faça um esforço para comprovar sua fé por novos costumes mais conformes a Cristo; em que se comportem já como verdadeiros filhos de Deus, na Aliança de um povo de salvos; em que levem uma vida em unidade comunitária do amor e da fé, caminhando juntos para o encontro do último dia, num esforço comum de tudo entregar à glória do Senhor.

### 4. *Mediação eclesiológica*

Cristo estabeleceu a Igreja como sinal e instrumento de salvação para que por ela se desenvolva lentamente seu reino aqui na terra. Seu crescimento se processa sob a ação fecunda do Espírito Santo: "O Espírito Santo habita a Igreja e no coração dos fiéis, conduz a Igreja ao conhecimento da Verdade total, unifica-a na comunhão e no ministério, e dirige-a mediante os dons jerárquicos e carismáticos, rejuvenescendo-a pela força de seu Evangelho levando-a à perfeita união com seu Espôso" (*Lumen Gentium*, 4).

O único Mediador, Cristo, constitui e incessantemente sustenta aqui na terra a sua Santa Igreja, como organismo visível pelo qual difunde a verdade e a graça, para todos.

Pela Igreja o reino de Deus se edifica. A ação eclesial tem um ponto de partida — a evangelização — e um ponto de chegada — a comunidade eucarística. A Igreja se edifica, dia a dia, a partir da comunidade fraterna de seus filhos. Condena-se assim todo individualismo e todo egocentrismo de vida de fé. É na comunidade que o indivíduo se salva, embora guarde toda a originalidade de seu encontro pessoal com Deus. Só esta compreensão fará o homem entrar no jôgo salvífico, no qual êle

também põe as cartas na mesa, êle também dispõe o tablado, tornando-o lugar de justiça, de fraternidade, de verdade e de paz. Das mãos do homem receberá Cristo "as realidades terrestres", para restaurá-las na plenitude de seu ser e entregá-las, por sua vez, ao Pai dando-lhe glória.

O hospital é também uma célula nesse Corpo da Igreja, uma célula em transformação perene, por isso mesmo necessitando seja sua vitalidade resguardada pela observação de todos êstes princípios que, iluminando a Igreja, a Célula Mater, clareiam também a ação eclesial que nela se mantém.

### **Escolhos a evitar**

Seria incoerente adotarmos certas atitudes que aniquilariam a força dêsses princípios :

#### 1. *Massificação*

É um processo de despersonalização, de esquecimento da pessoa humana, do destino e vocação pessoal de cada homem, no imediatismo em atingir um maior número, de rotular um maior número de homens, supostamente cristãos. Devemos desconfiar de todo método catequético que pretenda atingir a massa, a enfermaria *chovendo* sôbre todos a mesma doutrina, quando cada qual está em uma situação diferente, vê Deus por um prisma todo outro que seu companheiro e por isso não entende nossa linguagem e sente-se perdido nessa massa sem nome, sem capacidade de "apresentar-se pessoalmente a Deus".

#### 2. *Nivelamento*

O método coletivo forçosamente apresenta um outro defeito, que será o de nivelar mentalidades, psicologias, posição face à doença e a Deus, muito diversas, fracassando daí pela sua inadequação e ineficiência.

#### 3. *Irrealismo*

Só a catequese ocasional e pessoal poderá atingir o doente em sua situação real diante do problema religioso. Tôda outra catequese tende a se tornar irreal e ineficiente, seja pela sua linguagem livresca, didática, seja pelo seu método, bem estruturado talvez mas artificial, frio, sem vida.

### **O pastor dos doentes**

#### 1. *Formação*

O pastor dos doentes jerárquicamente é o capelão. Prejudicado pela saúde, pela velhice física ou espiritual, é certo que nem sempre êle está

capaz de cumprir sua missão à altura. Sem ter recebido formação especial sôbre a psicologia do doente, o mecanismo de sua dor, os processos evolutivos da doença e da recuperação, os trâmites do relacionamento entre o pessoal hospitalar e administrativo, dificilmente conseguirá êle entrar na pele de seu doente, fazer-se compreendido por sua linguagem, correndo o risco de apresentar-se desatualizado, distante, quando não marginal ou conflituoso.

Várias sugestões poderiam ser estudadas para a solução do problema :

— atualização urgente dos capelães existentes mediante encontros, reuniões, convocando-os por categorias hospitalares (cirurgia, crônicos, clínica médica, pediatria etc.);

— formação aprimorada de elementos vocacionais para a capelania dos enfermos em um curso de pastoral dos enfermos para capelães, promovido pelo Instituto Superior de Pastoral Catequética;

— instituição do diaconato na classe médica.

Não podemos contudo esquecer de solucionar o problema do capelão idoso e doente, que não pode ficar simplesmente relegado de suas funções, mas que precisa reencontrar seu lugar na Igreja, como consagrado e como doente. Parece-nos êste um dos problemas mais urgentes da própria pastoral dos enfermos : darmos o testemunho de possuir um espírito de amor e de fraternidade eficiente para resolver primeiro os problemas que nos tocam mais de perto, daqueles que são o esteio mesmo da ação eclesial.

## 2. *Integração na equipe hospitalar*

Se o capelão jerárquicamente é o pastor do doente, não é porém o único agente da evangelização. Essa tarefa evangelizadora — quere-o o Vaticano II — é realizada por tôda a equipe hospitalar, com a qual o capelão não pode considerar-se um marginal. Para tanto é de tôda conveniência constituir-se no mesmo plano dos departamentos de assistência médico-social, o departamento da pastoral dos enfermos, onde o capelão encontraria o seu lugar no hospital e conheceria os trâmites oficiais de seu relacionamento com a hierarquia hospitalar.

Teria êsse departamento o objetivo de conseguir estruturas temporais dignas de seres humanos, condições conformes à ordem da justiça, verdade e liberdade, sem o quê não pode desabrochar a compreensão desde o acolhimento e a vivência da mensagem salvífica.

Baseados nos debates estabelecidos com as cinqüenta alunas do Curso de Pastoral dos Enfermos realizado o ano passado pelo ISPAC, no Rio, chegamos à conclusão de que êsse departamento deveria caminhar para preencher os seguintes serviços no hospital :

*Serviço de pesquisa sócio-religiosa* no campo da humanização hospitalar e de formação de seu pessoal. Composto por médicos, funcioná-

rios, um membro das relações públicas estaria atento aos locais conflituosos do hospital para despistar-lhe as raízes profundas e desvencilhá-lo delas.

*Serviço de evangelização* — composto por religiosa, enfermeira, auxiliar de enfermagem — que se renova em seu conteúdo e planeja a ação evangelizadora a ser mantida entre os doentes é entre o pessoal fixo do hospital.

*Serviço de liturgia* — composto pelo capelão, atendentes, cantoras, voluntários — que se forma e que planeja o ritmo de vida sacramental e paraliturgia adequado e coerente com o processo de evangelização desenvolvido. Este serviço planejaria a assistência religiosa ao falecido e sua família, um dos momentos mais omissos em nossos hospitais. (Pensamos numa tomada de consciência desde a linguagem de rotina utilizada — “fazer o pacote” — até às atitudes frias, alheias, que desmoronam em um dia toda a assistência que se vinha dando aos familiares.

*Serviço de ecumenismo* — composto pelo capelão e outros pastores — a fim de atender aos direitos da liberdade religiosa dos pacientes e ao mesmo tempo dar testemunho de ágape cristão.

*Serviço de pastoral social*. — composto pela assistente social, recreacionista, psicóloga, ex-doente, voluntárias — atento ao bem-estar do paciente, a suas necessidades básicas de relacionamento com a família, com a profissão, recuperação profissional, apresentação (cabelo, unhas etc.), higiene mental.

*Serviço de coordenação e informação* — composto por religiosa, diretor, superiora, capelão, técnico — refletindo sobre os objetivos de cada serviço, avaliando suas atividades, coordenando o trabalho de todos para o bem comum.

### 3. *Funções do capelão*

O capelão realiza no hospital a tríplice missão eclesial: profética, litúrgica e hodegética.

A missão *profética*, por sua vez, possui uma tríplice dimensão:

1) *Querigmática*, na qual anuncia o Evangelho como a Boa-Nova salvadora, tendo em vista fundar a comunidade cristã mediante a conversão que conduz aos sinais integradores ou reintegradores no povo dos salvos (os sacramentos).

2) *Catequética*, na qual desenvolve o conteúdo querigmático da evangelização. Sem este conteúdo, a catequese se arriscaria a ser um ensino nocional, que não penetrasse à vida do fiel. Os novos rumos assu-

midos pela catequese supõem uma renovação de seu conteúdo, de seu método e do conceito de sujeito, dirigindo-se pessoalmente ao homem doente, único. Tôda essa renovação poder-se-ia resumir em suas leis, inspiradas naquelas ditadas por Liegé :

a) A evangelização deve ser compreendida como um anúncio que renova o homem todo, assumindo sua promoção e a de seu meio de maneira que manifestem terem sido atravessados pelo dinamismo pascal da mensagem. No campo dos doentes isto significa todo um trabalho de humanização e de confraternização atingindo as estruturas e o pessoal hospitalar.

b) Um trabalho que assegure que um reino de justiça, verdade e amor se estabeleceu no plano ainda de relações humanas, entre todos. Isto será autenticado pelo respeito a todos os direitos do homem doente e daqueles que nêle cuidam, e autenticado ainda pelo engajamento que assumimos com sua vida e sua saúde.

c) A entrega do *Dabar*, essa ação reveladora que obriga o doente a se re-situar diante de Deus. Será por exemplo a luz evangélica que projetaremos sôbre a situação concreta de sua existência e sob a qual êle se vê como Deus o vê e espera dêle uma resposta. Nisto reside a originalidade da mensagem cristã, na qual Deus toma a iniciativa e pela própria palavra fecunda a resposta do homem.

d) Uma catequese dialogal, na qual se respeitam as condições do paciente, o ritmo de suas respostas a Deus, e em cujo diálogo provocamos o homem todo (suas atitudes serão re-situadas, desde o plano biológico ao psicológico, moral e religioso).

e) Catequese em que se conserva a unidade da mensagem, dando uma perspectiva global do mistério da salvação. Deve o catequista possuir essas sínteses do mistério da salvação, que serão explicitadas progressivamente. A imagem seria a das ondas concêntricas que se formam em tôrno da pedra que penetrou o oceano.

f) Catequese cristocêntrica, qualquer que seja a síntese referida, é sempre na pessoa de Cristo que ela se atualiza. Cristo dinamiza, dá o eixo salvífico, cumpre a promessa e renova de esperança o homem doente. Todo mistério do sofrimento tem que ser iluminado pela trajetória luminosa do Filho do Homem que mergulhou na morte para nos acordar em uma outra vida, que, elevado na cruz, atrai tudo a si, e todos sentimos o esforço doloroso e penoso de efetuarmos essa coesão com nossos semelhantes, para atingirmos a união suprema com Cristo, nosso Omega.

g) Catequese litúrgica, isto é, celebrada, festejada na liturgia. Todo mistério da salvação se atualiza em Cristo, e os gestos de Cristo se atualizam nos atos litúrgicos de seu Corpo Místico. Uma única lógica, mas com um raio de luz que se projeta sôbre tôdas as esferas concêntricas.

h) Catequese celebrada deve ser vivida. Esse ágape que se comemora na Ceia sacrificial e na graça dos sacramentos não é senão o momento festivo do ágape fraterno, no qual vive intensamente a comunidade hos-

pitalar. Se não estiver em coerência de vida, vã será a vida sacramental que ali se desenvolve.

i) Catequese que edifica a Igreja. É nesse amor que cresce a Igreja, sinal da união de Cristo com a humanidade, sinal eficiente da Aliança que Deus fêz com os homens. Daí a necessidade de se prever a inserção eclesial do paciente após a alta e cuja falha será responsável pelo fracasso da ação evangelizadora. O paciente desenraizado do meio hospitalar voltará a ser marginal no Corpo da Igreja. Se êle criou um laço pessoal com uma testemunha ao menos do Corpo Místico, muito menos terá criado um laço pessoal com seu Deus. Todo convertido tem em sua história um "Moisés e um Mar Vermelho, antes de chegar à Terra prometida e ao Deus de Abraão, Isaac e de Jacó".

3) A última das funções proféticas do pastor é a *homilética*. Esta é ao mesmo tempo uma função litúrgica, pois tem lugar no seio mesmo da Celebração da Palavra, sendo multidimensional :

— dimensão sagrada, enquanto sua eficiência não depende tanto da força de persuasão da eloquência e da retórica mas de uma força própria decorrente do encontro com Deus que deve se efetuar a partir da Palavra;

— dimensão cristocêntrica, enquanto põe em relêvo o desígnio de amor de Deus pelos homens e a economia dêsse desígnio que é Cristo, entabulando o diálogo iniciado a partir de sua Encarnação;

— dimensão eclesial, pela qual Deus fala na Igreja, à qual compete convocar a assembléia e interpretar-lhe a Palavra;

— dimensão escatológica, enquanto levando o homem à conversão, a uma mudança de posição, o obriga a julgar sua vida pelo julgamento final com que Deus o estabelecerá na Justiça;

— dimensão litúrgica, pela qual anuncia a salvação e o sacramento atualiza o que a Palavra anuncia. A *Sacrosanctum Concilium* diz muito bem que a "Liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e ao mesmo tempo a fonte de onde emana tôla sua força" (n. 10).

A segunda missão do capelão, a *litúrgica*, tem por objeto transmitir o mistério cristão segundo as mediações da celebração. Dissemos, repetindo a Constituição conciliar, que a liturgia é cume; logo, algo que vem depois coroando todo um trabalho terminado e talvez efetuado a longo prazo. Parece-nos um dos aspectos da renovação que deve ser bastante refletido; dado que justamente nesse setor hospitalar é que se verificou e se pagou caro o imediatismo sacramental da assistência religiosa aos enfermos.

O objeto da terceira missão, a *hodegética*, é tudo o que no agir eclesial leva a viver a Palavra de Deus, nos costumes, na caridade, na organização, na vida comunitária, como expressão de caridade. Será ela a

propulsora da humanização hospitalar e do clima de fraternidade, porta-voz do Amor de Cristo aos seus doentes. Quando se instalar esse clima de ágape, onde se respeitem os direitos uns dos outros por verdadeiro amor pessoal, apagam-se as normas, perdem sentido as sanções, as penalidades por infração ao Código de Ética, cultiva-se e pratica-se o Bem, não porque está escrito mas porque nosso agir está impregnado do Amor que é sua fonte (Pe. Hugo Paiva, *Teologia Pastoral*).

### **Pastoral dos enfermos, ou do "mundo dos enfermos" ?**

Por esta exposição tentamos mostrar a dificuldade de se estabelecer uma pastoral que vise o enfermo desligado do contexto em que está mergulhado. Dado o estilo ocasional da catequese que lhe está reservada, deve, por compensação, poder êle contar com todos, com tudo : tudo deve ser sinal de Deus para êle. Isto muda completamente o estilo da catequese tradicional, não só no seu conteúdo e método, mas quanto à atuação dos agentes da catequese. Só uma ação muito fraterna em uníssono de todos os elementos do hospital poderá garantir a inteligibilidade do mistério de Amor anunciado.

Precisamos realmente de uma co-educação da fé de toda família hospitalar. Precisamos ter, diríamos, uma pastoral do mundo dos enfermos, considerando nêle os elementos fixos e os flutuantes atingidos pelo hospital. Fixos são todos aquêles que, contratados pela instituição, trabalham em prol do bem-estar do enfermo : médicos, enfermeiras, funcionários, religiosas, capelães — e por que não ? — a própria estrutura onde trabalham. Flutuantes são os enfermos que atravessam essa situação por três ou trinta dias apenas e depois, a maior parte das vêzes, os perdemos de vista.

Sempre dedicaremos aos enfermos a Palavra e nosso testemunho, mas parece-nos que o melhor de nossos esforços deve ser envidado para a cristianização dos elementos fixos do hospital. Teremos assim multiplicado os agentes de evangelização, além de tê-los ganho pessoalmente para Cristo, como membros que são de sua grei.

Outro aspecto da "flutuação" dos enfermos, além da atuação que lhes é devida, será o da sua inserção após a alta. Certo que são flutuantes, mas não há onde inseri-los ? — O problema se torna extremamente difícil, dada a diversidade da procedência dos enfermos, a estrutura artificial e nada acolhedora de muitas de nossas paróquias. O fiel tende cada vez mais a radicar-se em comunidades por afinidade e não por proximidade geográfica ou jurídica. Enquanto se aguarda uma reestruturação paroquial, parece-nos ser mais importante relacionar êsse paciente com um elemento-ponte. Ligado pessoalmente a um sacerdote, êle terá um manancial para o seu crescimento na fé e sua expressão em um culto comunitário. Nesse sentido, muito se poderia esperar de um movimento de fraternida-

de dos enfermos, criando laços afetivos e apostólicos entre os doentes e convalescentes, tão florescentes nos meios europeus.

\* \* \*

A renovação da pastoral dos enfermos deveria atender aos seguintes aspectos principais :

— levar em conta a psicologia do enfermo e do enfermo de hoje, não abusando de sua condição de dependência e sugestionabilidade, não abusando dos artifícios pedagógicos que acentuam essa sugestionabilidade;

— levar em conta a pedagogia divina em sua ação reveladora e seguir-lhe os passos e o estilo (ação dialogal, ocasional, projetando sobre os fatos e acontecimentos da vida a luz evangélica e a dinâmica pascal);

— obedecer aos grandes princípios da ação pastoral, fugindo do risco de uma pastoral que se sirva da massificação por métodos de persuasão, despojados daquela sacramentalidade e daquela unção que impregna a Palavra dirigida pessoalmente a cada doente;

— corrigir o imediatismo de um mergulho na vida sacramental;

— resolver o problema do pastor dos enfermos;

— engajar os elementos fixos do hospital por um trabalho de evangelização sistemático;

— oferecer aos pacientes, além de nosso testemunho, um material de reflexão, uma revista de cabeceira, por exemplo.

— — —

## REUNIAO DE GERENTES DAS SEÇÕES REGIONAIS DA CRB

*A fim de cada vez melhor poder atender os religiosos e religiosas do Brasil, em todo o território nacional, a Diretoria da CRB-Nacional reuniu em sua sede central, nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, os gerentes que nas diferentes seções regionais da Conferência respondem pelos serviços a que recorrem seus associados.*

*Entre a pauta de assuntos — apresentados pelo Subsecretário, pelo Economista Geral, pelo Gerente Geral e por funcionários responsáveis por setores diversos — figuraram :*

*1) visão geral da CRB; 2) Procuradoria; 3) Assessoria Jurídica; 4) faturamento, mapas, preços de venda; 5) passagens e viagens; 6) pedidos de fornecimentos, estoque, controle, movimentos; 7) movimentação das mercadorias, fretes, seguros, embalagens; 8) veículos; 9) plano de contas, lançamentos, orçamentos-contas; 10) conta corrente, cobranças em atraso, valores em depósito, etc.*

## Síntese de Estatísticas Religiosas do Brasil

Recentemente, elaborou, o Departamento de Estatística do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), um resumo de dados estatísticos (com correspondente ano de referência) que nos fornece como que um quadro sinóptico da situação da Igreja no Brasil. São dados que, julgamos, merecem larga difusão não apenas entre os religiosos, mas também entre o povo em geral, por contribuirê-los, do ponto de vista de Igreja, para melhor e mais exata visão sobre a realidade brasileira:

- suas estruturas (circunscrições eclesiásticas e províncias religiosas);
- seu pessoal (clero diocesano e religiosos: padres, irmãos e irmãs) e
- suas obras (paróquias, obras educacionais, hospitalares e sociais).

Chamamos a atenção para uma série de dados que não são fáceis de se encontrar em resumos deste gênero. Eles nos permitem uma comparação quantitativa entre o clero diocesano e religioso entre os seminários maiores e menores de ambos os cleros. Revelam-nos a percentagem de brasileiros e estrangeiros entre o clero diocesano, o clero religioso e as religiosas; o grau de presença da Igreja no setor do ensino superior, médio e primário; o alcance do apostolado dos religiosos, e mais ainda das religiosas, no campo hospitalar, assistencial e promocional.

<i>Especificação</i>	<i>Data de referência</i>	<i>Dados numéricos</i>
ÁREA (km <sup>2</sup> ): .....	1960	8 511 965
DEMOGRAFIA: População total		
— Censo .....	1960	70 967 185
— Estimativa .....	1965	82 222 000
População urbana .....	1960	45,08 %
"  rural .....	1960	54,92 %
"  católica .....	1950	93,49 %
Analfabetos .....	1950	51,65 %
Densidade demográfica (hab/ km <sup>2</sup> ) .....	1965	9,65
Taxa anual de natalidade (por 1 000 hab) .....	1957	43,01
Taxa média anual de mortalida- de (por 1 000 hab) .....	1940/1950	20,60

<i>E s p e c i f i c a ç ã o</i>	<i>Data de referência</i>	<i>Dados numéricos</i>
<b>Circunscrições eclesiásticas: total</b>	Nov./1966	188
Províncias eclesiásticas .....	"	31
Arquidioceses .....	"	31
Dioceses .....	"	116
Prelazias .....	"	40
Abadia nullius .....	"	1
Ordinariato para os fiéis do rito oriental .....	"	1
Exarcato apostólico p/os fiéis ucranianos .....	"	1
Vicariato militar .....	"	1
<b>Prelados: total</b> .....	Nov./1966	241
Cardeais arcebispos .....	"	4
Arcebispos residenciais e titulares .....	"	37
Bispos residenciais e titulares ..	"	193
Outros prelados .....	"	7
<b>Paróquias: total</b> .....	1965	4 764
Providas pelo clero diocesano ...	"	2 715
" " " religioso ...	"	1 583
Sem declaração da provisão ...	"	28
Vagas e anexas .....	"	438
Habitantes por paróquia .....	"	16 946
<b>Sacerdotes: total</b> .....	Jul./1965	12 181
Clero diocesano .....	"	4 872
brasileiros .....	"	78,7 %
naturalizados brasileiros .....	"	1,0 %
estrangeiros .....	"	15,7 %
nacionalidade não declarada ..	"	4,6 %
Clero religioso .....	Jul./1965	7 309 (*)
brasileiros .....	1964	44,3 %
naturalizados brasileiros .....	"	1,4 %
estrangeiros .....	"	53,0 %
nacionalidade não declarada ...	"	1,3 %
<b>Seminários:</b>		
Maiores — do clero diocesano ..	1965	13
do clero religioso: teologados ..	1964	12
filosofados .....	1964	28
teologados com filosofados .....	1964	24
Menores — do clero diocesano ..	1965	113
" " religioso ..	1964	170

<i>Especificação</i>	<i>Data de referência</i>	<i>Dados numéricos</i>
Pré-seminários do clero diocesano	1965	37
Pré-seminários do clero religioso	1964	100
Noviciados: de congregações clericais .....	1964	75
de congregações não clericais ..	1964	10
<b>Seminaristas: total geral de seminaristas maiores .....</b>	<b>1964</b>	<b>2 881</b>
<b>Maiores: clero diocesano — total</b>	<b>"</b>	<b>1 164</b>
teólogos .....	"	543
filósofos .....	"	621
<b>Clero religioso (total) .....</b>	<b>"</b>	<b>1 779</b>
teólogos .....	"	865
filósofos .....	"	914
<b>Menores: clero diocesano — total</b>	<b>"</b>	<b>5 233</b>
<b>clero religioso — total .....</b>	<b>"</b>	<b>10 845</b>
Estagiários de congreg. clericais ..	"	172
Escolásticos de congreg. laicais ..	1965	244
Noviços: total .....	1964	684
congreg. clericais: clérigos .....	"	470
irmãos leigos .....	"	118
congreg. laicais: irmãos .....	1965	92
<b>Ordens, congregações, sociedades e institutos masculinos .....</b>	<b>1965</b>	<b>104</b>
Sedes de govêrno e representações .....	"	206
Casas religiosas .....	"	2 013
N.º de membros: sacerdotes religiosos .....	"	7 761 (**)
irmãos de congreg. clericais ...	"	1 874 (**)
irmãos de congreg. não clericais	"	1 952 (**)
<b>Ordens, congreg., socied. e institutos femininos: total .....</b>	<b>Jul./1965</b>	<b>274</b>
Fundações brasileiras .....	"	59
Ordens e congreg. contemplativas .....	1964	13
Mosteiros de contemplativas ..	"	75
Sedes de govêrno (vida mista e contempl.) .....	"	378

<i>Especificação</i>	<i>Data de referência</i>	<i>Dados numéricos</i>
Casas religiosas (vida mista e contempl.) .....	"	3 814
N.º de membros, religiosas professas .....	"	39 613
Noviças .....	"	3 489
Religiosas de nac. brasileira ....	"	86,9 %
Religiosas naturalizadas brasileiras .....	"	0,4 %
Religiosas estrangeiras .....	"	12,2 %
Religiosas de nac. não declarada	"	0,5 %
<b>Obras Educacionais:</b>		
<b>Ensino superior:</b>		
universidades — total .....	1964	37
"    civis .....	"	25
"    católicas .....	"	12
Faculdades isoladas e agregadas à universidades — total ....	"	564
Faculdades civis .....	"	418
"    católicas .....	"	146
Alunos do ensino superior — total .....	"	142 386
% de alunos em estab. católicos	1962	22,5 %
<b>Ensino Médio:</b>		
Unidades escolares — total ....	1962	7 254
Oficiais .....	"	2 215
Particulares — total .....	"	5 039
Particulares mantidas por religiosos .....	"	2 074
Particulares mantidas por civis	"	2 965
Alunos do ensino médio — total	"	1 464 361
em estab. oficiais .....	"	528 160
em estab. particulares — total	"	936 201
em estab. particulares de religiosos .....	"	230 029
em estab. particulares civis ....	"	698 972
<b>Ensino Primário:</b>		
Unidades escolares — total ....	1962	105 525
Oficiais .....	"	96 418
Particulares .....	"	9 107
Particulares mantidas por religiosos .....	"	2 184

<i>Especificação</i>	<i>Data de referência</i>	<i>Dados numéricos</i>
Particulares mantidas por civis	"	6 923
Alunos do ensino primário — total .....	"	8 535 823
Alunos em estabelecimentos oficiais .....	1962	7 541 794
Alunos em estabelecimentos particulares .....	1962	994 029
dêstes, de religiosos .....	1962	413 963
dêstes, de civis .....	1962	580 066
<b>Obras de Assistência à Saúde</b> (nas quais trabalham religiosos)		
Hospitais gerais .....	1963	865
N.º de leitos .....	1963	62 485
Hospitais especializados .....	1963	79
N.º de leitos .....	1963	21 692
Ambulatórios isolados .....	1963	188
N.º de pessoas atendidas no ano	1963	855 852
Postos de puericultura e lactários isolados .....	1963	86
N.º de pessoas atendidas no ano	1963	72 995
N.º de religiosas enfermeiras ..	1963	895
Religiosas auxiliares de enfermagem .....	1963	1 118
Religiosas práticas de enfermagem .....	1963	1 247
N.º de religiosos enfermeiros ..	1963	2
Religiosos auxiliares de enfermagem .....	1963	7
Práticos de enfermagem .....	1963	15
<b>Obras sociais</b> (nas quais trabalham religiosos)		
Assistenciais .....	Jul./1965	2 334
Habitacionais .....	"	69
de reeducação .....	"	1 432
Econômico-financeiras .....	"	47
Religioso-sociais .....	"	313
Agências de Serviço social .....	"	390
Centros sociais .....	"	26
Não discriminadas .....	"	16
		41

(\*) Exclui os sacerdotes que estão no estrangeiro, em estudo ou a trabalho.

(\*\*) Inclui os que estão no estrangeiro.

## DOM TIAGO CLOIN CONCEDE ENTREVISTA

*No seu jornalzinho NOTÍCIAS, de dezembro de 1966, a Associação Atlética da CRB, logo após ter tido conhecimento da eleição do Revmo. Padre Tiago G. Cloin, C.S.S.R., para o Episcopado, dirigiu-se a S. Revma. a fim de lhe solicitar uma entrevista. A fim de lhe conservarmos o sabor próprio quase de uma conversa entre amigos, num tom espontâneo e despretencioso, nada subtraímos e em nada alteramos o texto que ora apresentamos:*

Natal, fim de ano, mudança de sede e, mais depressa do que queríamos esperar, a notícia que de supetão nos tomou na manhã do passado dia 12: Padre Tiago vai nos deixar! Com a escolha de S. Revma. para Bispo de Barra do Rio Grande, perde a Conferência dos Religiosos aquele que, durante sete anos, foi seu digno Secretário, dinâmico e de visão larga, sempre disposto a atender, jovial e amigo. Não podia deixar de ser: ao mesmo tempo que nosso jornalzinho se congratula e lhe deseja em sua nova missão as mais fecundas graças do Alto, iria convidá-lo para a entrevista do mês. E Sua Excelência o Sr. Dom TIAGO G. CLOIN, C.S.S.R., retirando um pouco do seu precioso tempo, gentilmente, uma vez mais, acedeu:

— *Padre Tiago, como recebeu V. Revma. a notícia de sua eleição para Bispo de Barra do Rio Grande, na Bahia?*

— Desde a minha juventude, quando conscientemente optei pela vocação redentorista, desejei ser “missionário” no Brasil; e espontaneamente me ofereci para trabalhar nesta minha segunda pátria. As sucessivas nomeações que recebi dos meus superiores religiosos nunca me permitiram porém realizar êste meu sonho. Será portanto fácil imaginar como recebi a notícia de minha eleição para Bispo de Barra do Rio Grande, onde vou ser Bispo “missionário” mesmo!

— *Quais as armas que vai adotar, e qual o seu significado?*

— Ainda não as determinei. O meu lema, entretanto, será: “in caritate non ficta”, em caridade não fingida.

— *Pode V. Revma. revelar-nos qual a linha que vai seguir no governo de sua diocese?*

— Não poderá ser senão a linha do próprio Concílio Vaticano II, concretizada de um modo tão fiel e fecundo no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB: bispo, servidor da Igreja de Barra, daquela porção do Povo de Deus que o Santo Padre me confiou.

— *Ao fim dêstes dez anos que, incansável e desveladamente, consagrou à Conferência dos Religiosos do Brasil, gostaríamos, se com isso*

*não formos ferir sua modéstia, que V. Revma. nos fizesse um paralelo entre a CRB que encontrou e a CRB que vai deixar...*

— Quando, por ordem explícita do então Sr. Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi — a única ordem “ex oboedientia” que jamais recebi na minha vida — assumi a função de Secretário da Conferência, já estava firmemente organizada, quanto às suas atividades espirituais e temporais, a estrutura geral da CRB. Não me considero portanto, de forma alguma, o organizador da Conferência. Faltava porém, naquele tempo, um verdadeiro clima de entendimento e entrosamento com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dediquei então o melhor das minhas forças a êste aspecto da vida da CRB. Se algum efeito resultou dêste esforço — e a nossa Conferência é conhecida no mundo inteiro por suas íntimas e cordiais relações com a Conferência dos Bispos — considerá-lo-ei a minha maior glória.

*— Qual o maior mérito da nossa Conferência, no passado, com respeito aos religiosos do Brasil?*

— O maior mérito da nossa Conferência, em meu entender, é o de ter conseguido um mais intenso intercâmbio e maior aproximação espiritual entre as várias famílias religiosas no Brasil. Deve-se êste resultado não apenas ao trabalho da Comissão Executiva mas ainda à dedicação perseverante de toda a equipe de funcionários civis.

*— Nesta era de renovação pós-conciliar, como vê V. Revma. o futuro da Conferência?*

— O Concílio Vaticano II abriu novas perspectivas, particularmente quanto à renovação da vida e do apostolado dos religiosos. A grande vocação da Conferência, no próximo futuro, será a de, através de encontros, semanas de estudos e outros subsídios, animar os superiores e superiores maiores a assumirem com coragem e clarividência a responsabilidade de promoverem esta renovação nas suas províncias.

*— Agora, uma pequena indiscrição: estarão o clero religioso e as nossas religiosas geralmente dispostos para o trabalho que implica essa renovação,*

— Para que um Concílio tão renovador, como o Concílio Vaticano II, alcance plenamente seus frutos, exige-se uma mudança de mentalidade que constitua sempre o processo mais ou menos lento. Isto vale não apenas para a renovação dos religiosos mas igualmente para a do clero secular, como ainda para a renovação dos leigos. Há porém inúmeros indícios e provas de que esta transformação de mentalidade já está se processando entre os religiosos e religiosas, com excelentes perspectivas para o futuro.

— *No campo sócio-religioso do Brasil, em seu entender, qual o maior problema atual?*

— É indubitavelmente o problema da “presença” da Igreja naquela faixa da vida brasileira na qual se realiza a transição de subdesenvolvimento para o desenvolvimento. É nesta faixa que se está jogando a sorte tanto da Igreja como da Pátria.

— *Que espera, em nosso tempo, a Igreja universal da Igreja no Brasil?*

— A Igreja universal espera de um país como o Brasil que dê ao mundo inteiro, mais particularmente aos países do Terceiro Mundo, a prova concreta de que uma transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento não acaba necessariamente em um materialismo prático generalizado, como acontece em tantos países superdesenvolvidos, mas pode levar a um cristianismo mais conscientemente vivido.

— *Dentro do movimento “Pro Mundi Vita”, de que V. Revma. é digno co-fundador, como vê o plano de cooperação apostólica internacional em nossos dias?*

— Elaborando progressivamente, através de estudos científicos, o mapa-mundi sócio-religioso do mundo inteiro, o “Pro Mundi Vita” está proporcionando, aos responsáveis pelo envio de pessoal apostólico (sacerdotes, religiosos e leigos), a possibilidade de planejarem inteligentemente uma melhor distribuição das forças apostólicas à sua disposição pelos vários continentes e países do mundo, segundo voto explícito do Concílio Vaticano II.

— *Como amigo que é — reconhecemo-lo — de todos e de cada um dos funcionários da CRB, tem Sua Excelência alguma mensagenzinha a deixar-nos, antes de partir?*

— A família da CRB nacional, composta de religiosos e religiosas, leigos e leigas, abrange atualmente umas 130 pessoas. É inevitável que família tão numerosa, para poder funcionar eficientemente, exija uma estrutura bastante firme. Isto porém poderia levar a acentuar de tal forma as relações verticais de “superior” e “inferior”, que as relações horizontais de “colegas” sofram prejuízo. O único preventivo contra isto é uma crescente AMIZADE humana e cristã entre todos quantos se dedicam à nossa querida Conferência. — E que não se esqueçam, nas suas orações, do nôvo Bispo de Barra do Rio Grande, que com saudades se lembrará da grande família da CRB nacional.

**MÁRTIR DA LEGIÃO DE MARIA**  
**FREI ALOÍSIO HEUMESSER, O.F.M.**

No domingo, 22 de janeiro último, depois do almoço, deixava, Frei Aloísio Heumesser, São João do Meriti (RJ), onde era vigário coadjutor, para tomar parte numa reunião do *senatus* da Legião de Maria a realizar-se, essa tarde, na cidade do Rio. Sem saber, era a última... Às 23h 10m, pegou êle ônibus para São Paulo, onde iria participar de mais uma reunião de estudos para diretores espirituais da sua tão devotada Legião de Maria. Pouco depois, aos primeiros minutos do dia 23, aí pelo quilômetro 54 da rodovia Presidente Dutra, fortíssima tromba de água avolumada ao mesmo tempo pela ruptura das comportas da Light arrastaria consigo alguns quilômetros o ônibus, até o encalhar num banco de areia. Em poucos minutos, vilas inteiras, casas, estradas, conduções eram tragadas pela fúria das águas, de roldão com a enxurrada da lama e as trevas da noite, em que pereceram centenas de vidas humanas. Frei Aloísio ali encontrou seu fim também.

Na missa de corpo presente, encerrado em caixão de zinco, — que o Vigário Geral de São João do Meriti, o Revmo. Padre Artur, celebrou no dia 25, e em cuja diocese o franciscano sinistrado consumira grande parte de sua vida, — o celebrante, ao sintetizar o trabalho apostólico do Frei Aloísio, pôde chamá-lo de “Mártir da Legião de Maria”. Além dos confrades e grande número de sacerdotes da diocese, imensa massa popular, consternada, presente, chorou o zeloso e querido Frei. Sepultado ora no mausoléu do Convento de Santo Antônio, no Rio, seu nome contudo faz lembrar uma vida cuja dedicação e aprumo são bem dignos de registro. Êle fundou na paróquia a Legião de Maria, a que deu impulso considerável, e em seu zêlo incansável atendeu e incentivou os presídios de toda a diocese. Na Ordem Terceira, da qual era Diretor, exerceu apostolado de renovação e entusiasmo. Na catequese, nas confissões, nas visitas aos doentes, em labôres pastorais sem conta, soube êle abnegada e fielmente servir sempre a Deus e a sua Igreja.

O Senhor tenha na sua glória o saudoso e bom Frei Aloísio Heumesser !

CONSULTORIA JURÍDICA CIVIL DA CRB**PRAZO ATÉ 30 DE ABRIL**(Continuação da 3.<sup>a</sup> capa)

2. A documentação a que se refere a Ordem de Serviço n.º 8/47, citada, é a seguinte :

- a) **DOCUMENTOS RELATIVOS AS DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS :**
- Cópia do Balanço de Ativo e Passivo;
  - Cópia da Demonstração de Receita e Despesa;
  - Desdobramento, por natureza de gastos, da conta de Despesas Gerais (Art. 231 do Decreto n.º 58 400 de 10-05-1966 — Regulamento do Imposto de Renda — Adaptação para as Instituições de Fins Filantrópicos).
- b) **INFORMAÇÕES DOS RENDIMENTOS PAGOS :**
- Relação nominal e endereços das pessoas que receberam pagamentos da Instituição (Fôlha modelo 18 do Departamento do Imposto de Renda).
- c) **ALTERAÇÃO NO ESTATUTO QUE SERVIU DE BASE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO CITADO :**
- Anexar um exemplar do novo Estatuto ou uma cópia das alterações ocorridas, quando fôr o caso.

---

●

---

## IMUNIDADE DE IMPOSTOS

### DISPOSIÇÕES RELATIVAS A IMUNIDADE DE IMPOSTOS, SEGUNDO A NOVA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967**

Art. 20 — É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios :

III — criar imposto sôbre :

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei.

§ 2.º — A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais.

**Sistema tributário nacional : Lei n.º 5 172, de 25 de outubro de 1966**

Art. 9.º — É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios :

IV — cobrar impôsto sôbre :

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados na Seção II dêste Capítulo.

§ 1.º — O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nêle referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não os dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 14. — O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9.º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nêle referidas :

I — não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II — aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III — manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1.º — Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1.º do artigo 9.º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2.º — Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9.º são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata êste artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

**DUAS OBSERVAÇÕES :** Esclarecemos às entidades de fins filantrópicos que as disposições constitucionais acima mencionadas são praticamente idênticas àquelas em vigor.

— Veja as circulares ns. 8, 10, 12, 14 e 16 de 1966 da CRB.

## NOVAS FUNDAÇÕES

**Caçapava do Sul (RS)** — Precisa de irmãs que possam tomar conta do Patronato Agrícola e Industrial. Magnífica obra, ótimos e amplos pavilhões, vasta área de terras e matas férteis, apta enfim a auto-suficiência, e parque industrial.

Dirigir-se a :

*Marino Casanova*

*Patronato Agrícola e Industrial*

*CAÇAPAVA DO SUL — R.G. do Sul*

# CRB Informa

**DAS da CRB-Nacional** — Entre as atividades exercidas de julho de 1965 a dezembro de 1966 pelo Departamento de Assistência à Saúde da CRB, é nota dominante o estudo de uma pastoral do enfermo e da humanização dos hospitais. Dos encontros havidos em diversas capitais de estado, num total de cinco, para madres provinciais, superiores de hospitais, congregações em particular, ora se expôs a situação precária da assistência à saúde no Brasil, ora se apelou para a colaboração que os institutos religiosos femininos poderiam dar encaminhando maior número de religiosas para a enfermagem. Insistiu-se também na desejada eficiência a ser dada nas instituições hospitalares para maior colaboração no plano da pastoral de conjunto, e lembrou-se a necessidade urgente de fazer dessas instituições um testemunho vivo de serviço, de justiça e caridade.

Dois congressos, um no Rio (Congresso de Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem) e outro em Belém (XVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem) contou com a colaboração do DAS da CRB-Nacional.

Múltiplas viagens houveram de ser feitas a diversos pontos do País atendendo a chamados de interesse hospitalar: entrevistas com autoridades civis e eclesiásticas, casos surgidos em alguns hospitais, dez cursos de pastoral do enfermo em várias cidades desde Salvador a Pôrto Alegre, aulas e palestras, etc. etc. Mais: notável o esforço para a obtenção de verbas para bôlsas de estudos e necessidades de primeira ordem, encaminhamento de casos de internamento, pesquisas e correspondência, elaboração de um modelo de Regimento Interno para hospitais e a coordenação de oito equipes de voluntários para atividades religiosas e de promoção humana e social na Amazônia. Particular menção merece o cuidado e trabalho dispensados a esta Região através do pessoal que para lá se tem dirigido e da ajuda financeira já obtida.

Como PLANO DE ATIVIDADES PARA 1967, vale destacar: 1) a promoção de cursos para religiosas sobretudo de Relações Humanas, Administração Hospitalar e Pastoral do Enfermo; 2) procurar que os contratos dos hospitais, onde trabalhamos, com outras organizações de assistência visem a preservação da justiça; 3) levar a influência da Igreja às estruturas da assistência à saúde e junto aos responsáveis imediatos, a fim de que o atendimento hospitalar seja mais humano e eficiente; 4) iniciar uma campanha para a federalização dos hospitais da Igreja no Brasil; 5) orientar as religiosas para que não substituam os responsáveis pela admi-

nistração, mas que colaborem com êles, porquanto de outro modo os administradores cruzariam os braços e as religiosas se veriam sobrecarregadas de tarefas que não lhes compete; 6) continuar a coordenar equipes de voluntários — médicos, dentistas, assistentes sociais, enfermeiras, agrônomos e clérigos — para auxiliar as prelazias em atividade missionária na Amazônia.

Para desenvolver êste plano, pretende o Departamento :

- promover cursos e palestras nos vários regionais dentro da linha de renovação conciliar;
- levar esta mesma renovação às escolas de enfermagem pelas aulas de Ética e Pastoral do Enfermo;
- entrosar as atividades do DAS com o Departamento de Serviço Social da CRB;
- conseguir fundos para viagens, cursos e bôlsas de estudos.

---

### **CURSO DE INICIAÇÃO TEOLÓGICA**

Desde 1955 foi organizado, em Petrópolis, um curso de férias de cinco anos — INICIAÇÃO TEOLÓGICA — que funciona durante um mês por ano.

Grande número de religiosas tem, assim, aproveitado seu mês de férias de janeiro para freqüentar êste curso, que é dado em rodízio, preparando no decorrer do ano os trabalhos exigidos de cada matéria.

O programa inclui : Teologia Dogmática, Teologia Moral, Exegese, Liturgia, História Eclesiástica, Catequese, Arte Sacra, História da Filosofia e Sociologia. As aulas são dadas por professôres especializados.

As inscrições são feitas em novembro,

Outras informações podem ser solicitadas à

*Irmã Marilda*  
*Colégio Sion*  
*Rua Benjamin Constant, 213*  
*PETRÓPOLIS — Estado do Rio*

# Recensões Bibliográficas

JEAN SULIVAN — *Provocação ou a Fraqueza de Deus* (Coleção Cairoscópio), trad. do original francês por Dr. Carlos Lopes de Mattos, HERDER, São Paulo, 1966, 1 vol. br., 190x125 mm, 172 pp.

Jean Sullivan se propõe a despertar o leitor, a tirá-lo do sono burguês de sua acomodação pessoal e levá-lo a um compromisso, no momento histórico em que vivemos. E consegue, com feliz êxito. Impossível continuar indiferente aos problemas de nosso cristianismo atual, depois da leitura deste livro. Seu estilo, direto e vivo, prende e cativa. Dá-nos a impressão de um diálogo, ao vivo com o autor. É um diálogo espirituoso e mordaz, em que não falta um fino *humour* nas críticas às instituições ultrapassadas e atitudes farisaicas de muitos "cristãos" de nossos tempos. Merecem especial destaque as *fábulas* com que Sullivan caricatura o proceder de alguns.

Um livro que, a princípio, tomamos como um simples ensaio literário, mas que, na verdade, nos beneficia como um tratado de dogmática ou moral. Fé, mistério, cristianismo, padre, política, céu, inferno, e tantos outros, são conceitos que o autor depura com um modo surpreendente, abrindo-nos horizontes para novas perspectivas. Suas críticas, bem pessoais, a fórmulas superadas de apresentar a Verdade cristã levam-nos ao Cristo dos Evangelhos, obrigam-nos a uma revisão de nós mesmos, porquanto, mais que afirmações, são perguntas. São mesmo *provocações*.

Um livro que recomendamos ao clero e religiosas. Sèriamente refletido, poderia ajudar-nos muito em nossa Pastoral. É só não nos escandalizarmos com certas afirmações e nem tampouco julgá-las convenientes só para os outros. "Há alguma coisa pior que o êrro: uma verdade morta por falta de amor" (p. 36).

R. H. F.

MÁRIO ROSSI — *Leigos para os novos tempos*, trad. do original italiano por Maria Amélia Sá da Bandeira, Liv. DUAS CIDADES, São Paulo, s.d., 1 vol. br., 200x140 mm, 120 pp.

Confessa o autor que recolheu "neste volume alguns apontamentos... escritos em períodos diferentes" (p. 7). Para o I e V capítulos, há nota explicativa de que foram publicados em 1962. Para os outros, não há indicação de datas, embora o IV suponha ter sido escrito (ou adaptado) depois de 65, porquanto afirma "*Acabado o Concílio*, e já até hoje não faltam solicitações, cada católico poderá medir-se com aquilo que o Concílio libertou de responsabilidade coletiva e individual" (p. 82). (Bem: o que não podemos medir é como, tendo o Concílio sido encerrado em 8-12-65, houve possibilidade de o autor publicar estes apontamentos em italiano, a tempo de serem traduzidos para publicação em português em 1965 ainda!).

O livro reflete, e sente, ter sido escrito em forma de artigos independentes, embora se possa encontrar "uma certa unidade", como afirma o autor (p. 7).

Alguns de seus capítulos, o II sobretudo, se enquadram bem na realidade italiana, dando-nos o valor de um testemunho de uma situação. Vale todo o livro pelo que nos apresenta, na história da Igreja, do pensamento a respeito do leigo, na evolução dos movimentos especializados até a consagração da posição do leigo na Igreja de hoje, no Vaticano II.

M. Rossi nos comunica, em especial, a sua vivência pessoal. Muito viajado e grande entrevistador. Mas sempre é um testemunho pessoal, subjetivo. Uma contribuição, sim, para têmos conhecimento dos problemas, mas que exige vasta literatura complementar, para que, de fato, tenhamos conhecimento do que sejam os *leigos para os novos tempos*.

R. H. F.

IR. EGYDIO LUCAS, F.S.C. —

*Associações de Ex-Alunos*, sua presença na Igreja e no mundo (Separata n.º 2 de "Vozes Lassalistas"), Rua México, 90, 5º and., S/502, Rio de Janeiro, Cr\$ 500.

IVO CARLOS COMPAGNONI —

*Nós, os Ex-Alunos de La Salle* (Separata n.º 3 de "Vozes Lassalistas"), mesmo endereço, Cr\$ 2 000.

Numa época em que ao trabalho individual, isolado e sem continuidade, se procura hoje sobrepor todo interesse e ação em conjunto, merecem-nos particular destaque aqueles grupos que, formando-se a partir dos estabelecimentos escolares, se constituem em associações com características apostólicas. E porque "o apostolado não é monopólio dos que seguem a vida religiosa" — diz o Concílio — e nem tais associações constituem fim em si próprias, elas "hão de servir ao cumprimento da missão da Igreja no tocante ao mundo".

As Associações de Ex-Alunos de La Salle, além de outras congêneres, são, sem favor, brilhante exemplo. E os dois opúsculos em

análise dão disso expressivo e recente testemunho. O Prof. Carlos Thompson Flores Neto, que foi aluno de La Salle, escreve com razão no prefácio ao segundo fascículo: "Tudo o que possa congregar, aproximar e unir os homens, merece apoio". E ainda mais dignos de apoio são aqueles grupos que agregam a si homens da vida pública da nação, do magistério, da magistratura, da indústria, do comércio, de toda uma faixa de serviços que enformam a vida social, ligados já por um elo de família que foi a escola onde juntos receberam a mesma formação. Com não menos razão, assim, o Padre Alonso, S.J., prefaciando também o primeiro opúsculo, rende homenagem "aos bons e dedicados Irmãos Lassalistas", pois que, "lançando suas magníficas reservas de ex-alunos ao combate, o Brasil e a Igreja têm novos e mais alentados motivos de esperança".

ASSOCIAÇÕES DE EX-ALUNOS, com suas apenas 32 páginas, oferece com proveito, e não só aos que estão ligados à família lassalista, preciosos subsídios para formação de associações deste quilate: diretrizes dos Papas, apelos à responsabilidade dos antigos alunos, a resposta que lhes trazem essas associações, sua estrutura e espírito, o papel do religioso assistente diante das mesmas, a função do jornal ou revista próprios, a cooperação com as associações de pais e mestres, a promoção de vocações, o Hino do Ex-Aluno Lassalista.

NÓS, OS EX-ALUNOS DE LA SALLE, com outras 32 páginas, é bem uma mensagem que traz 'a expressão de um sentimento coletivo de alegria e de amor' — diz o distinto autor — que acha "que ser um Ex-Aluno Lassalista (é) algo bem vivo e atual, uma realidade social e psicológica — para ser vivida e aproveitada". E vêm as razões de ser destas associações, o movimento que estão tomando no mundo, no continente, na nação, sua sintonia com a Igreja, etc. etc. É o reflexo de abnegado e es-

clarecido esforço para que a obra educativa dos nossos colégios atinja não apenas a faixa escolar dos seus alunos, mas a própria vida deles em toda sua decorrência. Nem outro sentido têm as palavras que Paulo VI escreveu ao Irmão Superior Geral da Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs, quando da realização do III Congresso

Mundial de Ex-Alunos de La Salle, em Barcelona, em setembro de 1964: "A missão do educador não termina no dia da formatura dos alunos".

*Encomendas*: no endereço acima, ou também na sede da CRB-Nacional.

B.N.

## L I V R O S

Da Herder Editôra, São Paulo:

PAUL-EUGÈNE CHARBONEAU, TH. D. — *Noivado*, 2.<sup>a</sup> edição, 1966. 1 vol. br., 190x125 mm, 268 pp.

HANS WIRTZ — *Diálogo com as Crianças*, 1963, trad. da terceira edição original por Myriam Mo-

raes, 1 vol. br., 160x116 mm, 124 pp.

GERHARD SCHNEIDER — *Nova criação ou eterno retorno* (estudo sobre o conceito bíblico da História), trad. do original alemão por Alípio Maia de Castro, 1966. 1 vol. br., 195x125 mm, 112 pp.

## R E V I S T A S

Do Brasil:

*Revista Eclesiástica Brasileira* — dezembro 1966, Petrópolis (RJ).

*Sponsa Christi* — janeiro 1967, Petrópolis (RJ).

*Vozes* — janeiro 1967, Petrópolis (RJ).

Do Exterior:

*Brotéria* — janeiro 1967, Lisboa.  
*Commentarium pro Religiosis* —

ano XLVII, vol. XLV, fasc. III, Roma.

*Rivista di Pedagogia e Scienze Religiose* — set.-dezembro 1966, Torino (Itália).

*Teologia y Vida* — out.-dezembro 1966, Santiago do Chile.

*Vinculum* — set.-outubro 1966, Bogotá.

*Vita Religiosa* — maio-junho 1965, Roma.